

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em Ciências Sociais
Mestrado em Ciências Sociais

Maria Fernanda Teixeira dos Santos

MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL:
Representações, discursos e identidades

Juiz de Fora
2011

Maria Fernanda Teixeira dos Santos

MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL:

Representações, discursos e identidades

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Juiz de Fora
2011

Santos, Maria Fernanda Teixeira dos.

Mulheres no movimento estudantil: representações, discursos e identidades / Maria Fernanda Teixeira dos Santos. – 2011.
92 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

1. Movimento estudantil. 2. Feminismo. I. Título.

CDU 371.83:32

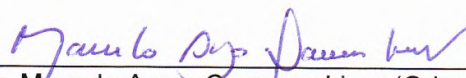
Maria Fernanda Teixeira dos Santos

**MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL:
REPRESENTAÇÕES, DISCURSOS E IDENTIDADES**

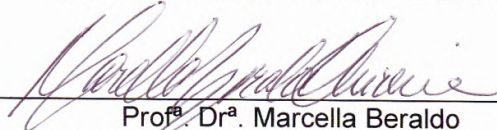
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 21 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Ayres Camurça Lima (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.^a Dr.^a Marcella Beraldo
Universidade Federal de Juiz de Fora



Universidade Federal de Santa Maria
Prof.^a Dr.^a Jurema Gorski Brites

*Aos meus pais amados,
Matheus e Roselene,
dedico.*

AGRADECIMENTOS

Nenhuma caminhada é solitária, por completo. A ela sempre se juntam os afetos, aquelas pessoas sem as quais nada valeria a pena. Nenhuma vitória, nenhuma conquista. Sem elas, muitas coisas não seriam possíveis.

Agradecer significa dizer a essas pessoas o quanto foram importantes e o quanto representam em nossas vidas. Em alguns espaços cabe o reconhecimento e a gratidão em palavras, quando na verdade, podemos dizer com o mais simples e afetuoso abraço. Dizer obrigado pode não ser suficiente para o tamanho da presença de algumas pessoas em nossa vida, nem sua preciosidade.

Escrevo para essas pessoas, que me fizeram tão bem, que me auxiliaram, que me deram apoio, motivação, forças, distração. E corro o risco de cometer injustiças, por não ser habilidosa com as palavras, não tanto quanto merecem essas pessoas.

A Deus, minhas primeiras palavras de gratidão. Ele é o responsável por minhas vitórias, meus amigos, meus amores, pelos meus passos.

Agradeço a Marcelo Camurça, por ter aceitado o desafio de me orientar, ter compreendido minhas dificuldades e por ter me motivado a continuar. Uma pessoa extraordinária.

Agradeço a Jurema Brites, que esteve e está ao meu lado, por ter me mostrado minhas possibilidades e me motivado a sempre buscar mais.

Aos professores João Dal Poz e Raul Magalhães, e à professora Marcella Beraldo, agradeço às sugestões, críticas e elogios que enriqueceram e contribuíram, não apenas para este trabalho, mas para minha formação.

Aos meus amigos, companheiros nessa caminhada, João Felipe, Gabriela, Ludmila, Michelle. Aos meus amigos do mestrado e da graduação, Flávia, Gláucia, Ana Cláudia, Amanda, Rodrigo, Flávia.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, pelo apoio institucional. Ao Chico, secretário do programa, sempre tão atencioso e prestativo.

À minha família, meus avós, tios e primos, pela existência amorosa e acolhedora.

Meus pais, Roselene e Matheus, meu irmão Matheus, pelo conforto de sua presença, pelo amor, pela abdicção, minha dindinha Sinária, presença amorosa em minha vida.

Bruno, meu carinhoso namorado, pela presença afetuosa, companhia imprescindível nas horas mais difíceis e nas mais alegres, pelo apoio e pela força.

E àqueles que por ventura não tenha sido citados, mas que fizeram e ainda fazem parte de minha vida, minha gratidão.

“Escrever existe por si mesmo? Não. É apenas o reflexo de uma coisa que pergunta. Eu trabalho com o inesperado. Escrevo sem saber como e por quê – é uma fatalidade de voz. O meu timbre sou eu. Escrever é uma indagação.”

Clarice Lispector – Um sopro de vida

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a participação feminina no movimento estudantil, percebendo como se articulam relações de gênero e poder na militância feminina. A pesquisa em que este trabalho se baseia foi realizada durante a campanha para o Diretório Central dos Estudantes, de uma universidade federal mineira, no ano de 2009. Procurou-se compreender as construções do conceito de gênero, de forma que pudéssemos construir um referencial teórico capaz de nos auxiliar na compreensão da dinâmica das relações de gênero no interior do movimento estudantil. Para aprofundarmos em nossas questões, refletimos acerca da participação das mulheres na política formal, uma vez que fornece pistas importantes para a participação das militantes no movimento estudantil, já que o mesmo é estruturado por uma lógica partidária. Além disso, foi desenvolvida uma reflexão sobre juventude e movimento estudantil. No terceiro capítulo, que apresenta nossa etnografia, mostramos a composição das chapas envolvidas, a dinâmica de construção de identidades das chapas, onde desenvolvemos uma reflexão acerca das estratégias e posturas das mulheres universitárias em relação a seus posicionamentos ao longo do processo político em questão.

Palavras-chave: Movimento estudantil, participação feminina, militância estudantil, feminismo.

ABSTRACT

This study is aimed at examining women's participation in the student movement, taking note on how relations of power and gender are articulated in women's militancy. The research on which this work is based was conducted during the campaign for the Central Directory of Students in a Federal University of Minas Gerais, in 2009. An understanding of the constructions of the concept of gender was sought, so that we could create a theoretical reference able to assist us in understanding the dynamics of gender relations within the student movement. To delve into our questions, women's participation in formal politics was reflected on, as it provides important clues to the involvement of militants in the student movement, as it is structured by a partisan logic. Furthermore, a speculation on youth and student movement was developed. In the third chapter, which presents our ethnography, the composition of the candidate slates involved are shown including the dynamic construction of the identities belonging to the same, where a reflection or speculation is developed about the strategies and attitudes of college women in relation to their positions along the political process in question.

Keywords: student movement, women's participation, student activism, feminism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – APORTES TEÓRICOS.....	16
1.1 As construções de gênero.....	16
1.2 Discutindo gênero e poder.....	24
1.3 As relações entre mulheres e a política.....	28
1.3.1 Revendo construções: a discussão sobre mulheres na política.....	29
1.3.2 Modelos de femininos na política.....	32
1.3.3 A participação das mulheres na política.....	35
CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO POSSIBILIDADE DE ANÁLISE PARTICIPAÇÃO FEMININA.....	41
2.1 Os sujeitos do movimento estudantil - Considerações sobre a juventude.....	41
2.2 O movimento estudantil como campo de análise.....	49
CAPÍTULO 3 - A MILITÂNCIA DAS MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL..	54
3.1 Situando os atores: os partidos e as tendências no movimento estudantil.....	54
3.1.1 As deliberações durante as formações de chapa – questões de organização.....	57
3.1.2 Composição das chapas.....	60
3.2 As jovens militantes no interior dos grupos.....	63
3.2.1 As discussões de gênero.....	67
3.2.2 Entre mulheres: o III Encontro de Mulheres da UNE.....	81
CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

INTRODUÇÃO

O que é recusado às mulheres é a palavra pública. Sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa. “Não permitis que uma mulher fale em público, abra uma escola, funde uma seita ou um culto. Uma mulher em público está sempre deslocada”, diz Pitágoras. As mulheres, no entanto, são o coro da cidade; requisitadas, elas aclamam os heróis, lamentam-se nos cortejos fúnebres; mas sempre em grupo anônimo e não como uma pessoa singular.

Michelle Perrot (As mulheres ou os silêncios da história)

Silenciosas, por longos tempos, as mulheres. A elas, sempre foram negados o espaço e a palavra públicos. Michelle Perrot (2001) é dessas estudiosas que direcionam nosso olhar para aqueles espaços evitados pela historiografia oficial – a história dos homens, diria Perrot – ocupados por estas mulheres. O espaço privado, aquele dedicado ao cuidado do lar e da família.

Michelle Perrot conta-nos uma história em que as mulheres são também agentes, ausentes dos espaços públicos, mas presentes nos bastidores. A autora desenvolve uma reflexão que procura dar conta das ações das mulheres na história ocidental, porém sem as tratar como vítimas. As mulheres não são vítimas, disse Perrot, mas souberam agir de forma estratégica, com as possibilidades que lhes foram postas.

Este trabalho consiste em uma reflexão acerca da participação das mulheres na política. Trata-se, portanto, não apenas de conhecer as representações das mulheres na vida privada, mas de compreender sua presença no universo público. Trata-se de refletir acerca das contribuições das mulheres neste espaço, as representações que constroem e às quais estão submetidas, e compreender de que forma as relações são estabelecidas.

A reflexão acerca da participação das mulheres no campo da política implica na concepção de uma figura plural e polissêmica, porquanto várias são as construções, representações e atribuições àquilo que em nossa sociedade é tomado como feminino. Implica em pensar em várias formas de militância, em várias formas de se fazer política, em diferentes formas de apreensão do espaço político. Implica, acima de tudo, na desconstrução da figura de uma mulher universal.

Portanto, para essa empreitada, devemos entender como as práticas e os discursos políticos são legitimados, percebendo a sub-representação das mulheres nos espaços que ocupam a partir das representações da figura feminina naturalizada (SCOTT, 1990).

A análise da participação das jovens militantes no movimento estudantil é permeada pela discussão sobre as participações das mulheres nas instâncias formais da política. Os debates acerca da atuação das mulheres na política institucional nos fornecem pistas e referências teóricas para compreender a relação que as mulheres estabelecem no espaço político, com os partidos políticos, campos significados, como Alinne Bonetti (2003) nos alerta, por uma lógica masculina e heteronormativa.

A proposta, no primeiro capítulo, consistiu em um primeiro instante em focar a construção da categoria de gênero, uma vez que isto viabiliza uma nova perspectiva de análise da política. No entanto, não foi pelo caminho da análise exaustiva que este capítulo se desenvolveu; em que pese o contexto histórico e político influencie as diversas possibilidades de se pensar o gênero, o intuito de tal empreitada consistiu em uma análise das contribuições do debate sobre gênero nas ciências sociais, de modo específico, de que forma tal pensamento contribui para a análise de uma prática política específica. A preocupação de estudar esta relação cada vez mais visível – mulheres e política – exigiu um esforço inicial de traçar alguns percursos teóricos que dizem respeito à construção da categoria gênero, bem como compreender a discussão que a sustenta. Propusemos mostrar as relações, em um primeiro instante de mulheres e a política, e para isto foi construída uma breve discussão acerca do debate das construções possíveis de gênero, uma breve revisão acerca da relação gênero e poder, baseada nas obras de Rosaldo, Butler e Perrot, e um aporte acerca das análises das mulheres na política.

Posteriormente, procurou-se compreender o universo militante do movimento estudantil, uma vez que este se reivindica como uma alternativa à lógica própria da esfera política institucional, ou seja, mais dinâmico, menos fixado a uma ordem própria das esferas normativas e formais da política, e em um espaço, o acadêmico, tomado *a priori* como mais acessível para os sujeitos reflexivos. No entanto, como foi apresentado e será discutido adiante, muito da esfera política formal é tomado como referência para grande parte dos sujeitos do movimento estudantil. É na tensão entre reprodução e inovação em relação à política formal que se desdobra a política estudantil, particularmente a participação feminina ali envolvida.

Entendemos o movimento estudantil como um lugar privilegiado para refletir sobre a relação entre a mulher e a política, porque para alguns dos atores, representa um primeiro contato e um momento de aprendizagem política, e porque, para o nosso objetivo, tomamos a universidade como um espaço, ao menos por definição, no qual homens e

mulheres vivenciam condições de equidade, garantida pelo acesso (formalmente) universal ao ensino superior.

Arthur Poerner, em “O Poder Jovem” (1979), argumenta que os movimentos estudantis no Brasil existem desde o Império. Os estudantes estiveram presentes nas diversas transformações políticas pelas quais passou o país. Essa longevidade mostra a força política que o movimento historicamente possui. Poerner percorre a história do movimento estudantil brasileiro até os anos sessenta, no auge da ditadura. Não se vê, entretanto, referências às mulheres em seu livro, senão de forma muito restrita.

O cenário que se observa atualmente apresenta nítidas mudanças, sobretudo a grande participação das mulheres no movimento e seu acesso à liderança deste. Uma transformação histórica permitiu tal crescimento. Mas além de considerar as mudanças históricas que contribuíram para a participação feminina no movimento estudantil, cabe compreender de que forma a entrada dessas mulheres nesse espaço transformam os sentidos de gênero que o permeiam; mas, sobretudo, apreender as concepções e as práticas políticas daquelas que militam nesse campo, a fim de conhecer as negociações de gênero que se instauram ali.

Uma estratégia analítica adotada neste trabalho consiste em perceber os momentos da formação de chapas para concorrer às entidades estudantis como rituais, em que símbolos, gestos, maneiras de agir e pensamentos são compartilhados pelos estudantes em questão, em um evento capaz de objetivar as experiências do grupo, tornando-as mais do que concepções individuais dispersas, mas sim, as próprias concepções do grupo. Trata-se de uma discussão sobre rituais na política, que fornecerá pistas conceituais capazes de auxiliar na percepção da construção de uma identidade entre grupos e facções políticas. No nosso caso, para compreender as posturas que as jovens militantes assumem nas mais diversas relações estabelecidas no campo – entre as jovens no mesmo grupo, entre elas e os demais estudantes, entre elas e os outros grupos e as militantes destes mesmos grupos.

Acrescenta-se a esta perspectiva, o exame das reuniões dos grupos de estudantes como um momento de aprendizado político, que envolve um aprendizado de estilos políticos (os códigos rituais dos grupos), uma vez que é neste instante que muitos estudantes se deparam com um lado mais “standardizado” do movimento estudantil, que pode ser tanto uma reprodução dos estilos da política formal como também uma construção de novos estilos “mais horizontais”, mas da mesma forma padronizados (no que tange a identidade).

A noção de que a participação política das jovens militantes no movimento estudantil procura subverter a lógica masculina no espaço político do movimento foi de certa

forma questionada, uma vez que foi compreendido que as estudantes assumem uma postura política calcada, muitas vezes, nesta mesma lógica; ou seja, a participação das jovens militantes está baseada nas mesmas significações políticas que ordenam o fazer político ao qual elas se opõem. Assim, questiona-se de que forma esta participação se desenvolve, em outras palavras, busca-se explicitar as lógicas tradicionais em tensão com os projetos/discursos para a superação de tais lógicas embutida na militância destas estudantes.

Como se verá ao longo dos últimos capítulos, essa questão parece se desenvolver mais pela composição heteronormativa do campo do movimento estudantil, que reproduz uma lógica masculinizada em seu interior. Cabe-nos desvendar, portanto, como as militantes se articulam em um espaço de certa forma reprodutor de lógicas excludentes, isto é, saber em que medida as próprias militantes reproduzem as atribuições desse campo ou se lidam com elas de maneira autoconsciente.

No terceiro capítulo, fez-se uma descrição dos grupos envolvidos na disputa pelo DCE, uma vez que as diferentes posturas políticas fazem parte também do discurso da militância das jovens estudantes – feministas ou não – e da participação nestes grupos. Por último, mas não menos importante, foram relatadas as formas de participação das militantes nestes grupos e seus discursos.

Assim, a presente dissertação teve como objetivo central perceber como acontece a participação feminina no contexto do movimento estudantil. Procurou-se conhecer os determinantes que condicionam o posicionamento da mulher, identificando as relações de gênero e poder, percebendo como é o posicionamento das militantes na interação neste espaço em relação ao outro, ao grupo ao qual pertence e aos outros grupos.

O trabalho de campo que sustenta esta pesquisa foi realizado durante o período de formação de chapas que concorreriam para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) de uma universidade pública mineira, no ano de 2009. Consistiu, basicamente, no acompanhamento das reuniões onde estas chapas em formação eram pensadas, debatidas, elaboradas e construídas pelos estudantes que pleiteavam ocupar o DCE. Além desta pesquisa inicial, acompanhou-se as discussões do III Encontro de Mulheres da União Nacional dos Estudantes (EME), realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, durante quatro dias, nesse mesmo ano. Neste evento estiveram presentes militantes feministas e simpatizantes ligadas ou não, ao movimento estudantil organizado pela UNE, com representantes da universidade pesquisada.

Conforme percebido, o movimento estudantil é fortemente adjetivado por uma lógica partidária; os militantes e simpatizantes se dividem em grupos específicos de acordo com a filiação ideológica, e tal divisão revela uma profunda conexão entre esses atores do

movimento estudantil e a política institucional representada pelos partidos políticos (de esquerda). Apoiados em bandeiras partidárias nas quais creem, os atores observados fundamentam seus discursos e suas práticas. Tal observação leva-nos a questionar de que forma essa relação influencia e é influenciada entre as mulheres envolvidas, que tendem a ter menos espaço de atuação nos partidos políticos do que nos grupos estudantis, sobretudo àqueles pesquisados.

Para os propósitos desse trabalho, cujo foco centrou-se na conjunção de duas categorias importantes, a saber, gênero e juventude, foi importante trazer algumas considerações sobre a definição de juventude, para assim, compreender um pouco as questões suscitadas pela análise do campo do movimento estudantil.

A pesquisa antropológica tem, por definição, uma característica muito peculiar que a distingue das demais: o processo de construção do conhecimento se dá na medida em que o antropólogo vivencia o campo, ou seja, no momento em que se relaciona com as pessoas que pretende estudar. A pesquisa assim exige uma dedicação que não se limita às horas debruçadas sobre os livros ou tratados de metodologia de pesquisa, mas um esforço pessoal que implica em uma própria revisão das relações do pesquisador.

A fricção que a pesquisa causa no investigador, leva-o a interrogações antes ignoradas no começo de sua elaboração (GEERTZ, 2002; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000). Assim, o presente trabalho que antes pretendia, dentro das possibilidades, trazer luz a uma questão tão amplamente discutida, porém pouco aprofundada nos meios acadêmicos, a saber, a da participação irrisória das mulheres na política, acabou enveredando por outros caminhos, não distantes, porém diferentes. Dado que o campo do movimento estudantil é enriquecido por particularidades, seja da localização em uma assim dita universidade democrática, onde mulheres e homens aparentemente gozam das mesmas possibilidades. As mulheres estão lá, sua participação no movimento salta aos olhos, suas vozes se fazem ouvir, e suas experiências e suas decisões são levadas em conta; essas jovens mulheres não estão apenas representando um interesse de uma dada categoria, mas interesses políticos específicos e bem marcados, suas ideologias e concepções de sociedade constituindo parte de sua concepção do que é ser uma militante.

Os questionamentos a seguir feitos derivaram dessas primeiras constatações; então, como seria a participação dessas mulheres? De que forma elas interferem e atuam no movimento estudantil?

O campo nem sempre se mostra aberto e receptivo. Se por um lado, o acompanhamento das reuniões foi permitido, por outro, as entrevistas foram problemáticas. Das cinco entrevistas marcadas inicialmente, três foram realizadas: uma, no entanto, com um atraso considerável. Esse tipo de situação leva-nos a questionar de que forma as relações e as concepções dos pesquisados engendram uma relação às vezes problemática com o pesquisador. Isto é, no caso do atraso, por exemplo, é importante não deixar de considerar a importância que a entrevistada conquistou durante sua militância, ainda relativamente recente. Dada uma efetiva dedicação ao movimento estudantil, que lhe gratificou com um cargo de direção nacional, sua posição se tornou imbricada de responsabilidades e de poder, de tal forma que uma entrevista dessa natureza não lhe fosse importante.

Como uma última questão a ser colocada: em pesquisas dessa natureza, onde a relação do pesquisador com o campo é anterior à própria pesquisa, como um agente daquele próprio campo, reflete-se acerca de como a naturalização dos conceitos e das categorias em jogo por parte dele interfere no andamento das análises. Esse problema foi constante, mais durante o processo de escrita, do que propriamente durante a pesquisa. Enquanto o texto se desenha, questões que pareciam evidentes mostravam sua opacidade, e precisaram de muito esforço para serem descritos a partir de uma necessidade de “estranhamento” e interpretação.

CAPÍTULO 1 – APORTES TEÓRICOS

1.1 As construções do gênero

Muitos são os caminhos possíveis para a construção de uma análise da participação feminina na política. Trata-se de um tema que vem conquistando espaço, principalmente nos últimos anos, mas, ainda, constitui-se como um foco secundário em face às outras possibilidades de análises sobre gênero: família, mulheres e educação, mercado de trabalho, violência, entre outros¹. A preocupação de estudar esta relação cada vez mais visível – mulheres e política – exige um esforço inicial de traçar alguns percursos teóricos que dizem respeito à construção da categoria gênero, bem como compreender de que maneira esta categoria, ou a discussão que a sustenta, é necessária para um empreendimento analítico da relação entre mulher e política.

Os antropólogos, dotados da ‘capacidade’ de ler o mundo conforme cada situação particular, esqueceram-se, por muito tempo, que é algo difícil, se não, impossível, abstrair completamente de nossas categorias, e observar o mundo de forma neutra. A despeito do esforço intelectual, observa-se que, apesar de um grande número de monografias sobre cada sociedade estudada levar em conta um sem-número de informações sobre as mulheres, isto não implicou na consideração das mulheres como agentes sociais; ao contrário, foram deixadas a um segundo plano, sem questionar o real significado de suas práticas e suas contribuições às concepções e construções sociais. Os estudos de gênero constituem, por certo, uma crítica do próprio conhecimento produzido pela antropologia, e esta questão é de considerável importância, por demonstrar o impacto e a relevância do tema.

O conceito de gênero² surge como uma alternativa epistemológica para a compreensão das relações sociais, de forma a incorporar as mulheres nas análises sociais. O desenvolvimento deste conceito, ainda que de início não possuísse a sofisticação que o campo dos estudos de gênero apresenta hoje, permitiram uma revisão da exclusão de categorias importantes nas relações sociais. Desde sua origem, os estudos de gênero têm entre suas

¹ Nota-se, nas várias discussões que tratam dos estudos de gênero no Brasil, pouca ou nenhuma ênfase sobre as produções a respeito das relações entre mulheres e política, ao contrário dos assuntos acima mencionados. A esse respeito, ver HEILBORN, SORJ, 1999; GROSSI, 2010; PINTO, 1992.

² A respeito da institucionalização dos estudos de gênero no Brasil, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj comentam: “A partir da década de oitenta observa-se uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país. Em termos cognitivos essa mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e do masculino.” (HEILBORN; SORJ; 1999:187-188)

discussões a questão da subordinação das mulheres, sua origem, a falta de acesso ao poder e a exclusão das esferas valorizadas da vida social. Inspiradas pelo movimento feminista, que tinha como bandeira a igualdade entre homens e mulheres, as pesquisadoras se esforçavam por desvelar as origens das relações hierárquicas entre os sexos. A questão, portanto, centrava-se nas relações desiguais, onde diferença e assimetria, para as pesquisadoras, eram tidas como desigualdade e hierarquia.

A sistematização dos questionamentos sobre os papéis sexuais na sociedade ocidental ganhou força com os estudos comparativos de Margareth Mead (1979), que, defrontando-se com os problemas de sua própria sociedade, iniciou suas investigações sobre as diferenças sexuais. Ao longo de sua inserção em campo, a autora percebeu que as características de personalidade atribuíveis aos sexos, variavam substancialmente entre as culturas. Tal percepção baseou-se em evidências empíricas que permitiram a reflexão sobre a formação das características socialmente atribuídas aos sexos.

A noção de gênero foi concebida como um princípio constituidor das representações e construções de femininos e masculinos, sendo, portanto, uma categoria relacional que se estende para as mais diversas áreas da sociedade (SCOTT; 1990). Compreendê-la é, também, compreender que os discursos ocidentais sobre a diferença se basearam, muitas vezes, nas diferenças biológicas dadas. O conceito baseado em um modo de pensar dicotômico diz respeito à sociedade ocidental, que pode ser exemplificado pelas distinções entre natureza e cultura, privado e público, dentre outras. Assim, a construção dos femininos e masculinos leva à atribuição de características e papéis específicos para homens e mulheres no caso da vida política, identificando o cuidado e a honestidade, por exemplo, como um atributo natural das mulheres, e justificando, muitas vezes, sua entrada na política institucional a fim de moralizar a política, e não como um questionamento das relações de poder instaladas naquele campo.

Claudia Fonseca afirma que o interesse na mulher enquanto assunto de análise acadêmica se constituiu na década de 60, em um contexto efervescente dos movimentos sociais; nessa época, inspirados pelo movimento feminista, vemos a institucionalização desse interesse nos *Women's studies*. Um segundo momento dos estudos feministas foi o deslocamento da ênfase da “mulher vítima para a mulher heroína” (FONSECA, 1995, p. 3). Nesta época, os então estudos sobre as mulheres introduziam na academia questões centrais como poder, corpo e formas de reflexão, seja nos estudos de parentesco, das formas de organização política e suas dicotomias, do corpo, etc.

O amadurecimento das produções teóricas sobre gênero esteve intimamente relacionado ao pensamento feminista. Segundo Fonseca:

Se, na sua primeira década, os estudos sobre a mulher alimentaram e foram alimentados do “feminismo da igualdade” (em que o objetivo da mulher era equiparar o *status* da mulher ao do homem), na segunda fase, o campo andou de mãos dadas com o “feminismo da diferença”. O resgate da voz, das atividades, e do cotidiano das mulheres levou a uma valorização da esfera considerada feminina. O mal não era propriamente na diferença (desde que essa era vista como fundada em elementos sócio-históricos e não biológicos) mas sim no processo hierárquico que colocava tudo que era ligado ao homem sistematicamente acima de tudo que era ligado à mulher. O problema era na própria construção e subsequente reificação das categorias de gênero (FONSECA, 1995, p. 3).

A distinção entre sexo e gênero foi um passo em direção à compreensão do social, e tornou possível reafirmar a arbitrariedade de nossas visões sobre o mundo. No entanto, a discussão em torno do conceito não parou nessa distinção, aprofundando-se nas próprias concepções de sexo. Não podemos ver o mundo senão através dos nossos próprios vieses culturais, isto é, parte-se da consideração de que também o sexo é percebido através de nossas formações e mesmo as diferenças percebidas estariam atreladas a cada singularidade cultural (MOORE; 1997).

Henrietta Moore afirma que a relação entre biologia e os sentidos de gênero é ainda mal formulada, e isto é percebido em dois níveis diferentes: o primeiro é aquele que vê o gênero como construído sobre uma matriz biológica, uma forma socialmente construída para gerir as diferenças inatas; o outro aponta em um sentido oposto, que postula uma separação radical entre sexo e gênero, afirmando que “biology does not, in fact, even underlie gender constructs, let alone determine them” (MOORE, 1997, p. 815).

A autora argumenta, baseando-se em Yanagisako e Collier³, que tanto os estudos de gênero quanto os de parentesco assumem como premissa um modelo ocidental que toma as diferenças entre homens e mulheres como natural, logo pré-social (MOORE, 1997). Tal argumentação se fundamenta no questionamento das proposições acima mencionadas, que postulam uma separação entre sexo e gênero, onde gênero seria uma formulação cultural construída sobre as diferenças sexuais biologicamente dadas.

³YANAGISAKO, S. and COLLIER, J. (1987) *Toward a unified analysis of gender and kinship*. In J. Collier and S. Yanagisako (eds) *Gender and Kinship: Essays Toward a Unified Analysis*, Stanford, Cal: Stanford University Press.

A partir deste argumento, Moore demonstra uma nova interpretação possível, fundamentada na distinção entre sexo e “Sexo”⁴, proposta por Errington⁵. Esta distinção, para Moore, seria pertinente uma vez que a sociedade perceberia o sexo através do discurso do “Sexo”. Ao contrário de postular uma distinção radical entre sexo e gênero, ela afirma que o sexo é percebido através do discurso do “Sexo”, isto é, a apreensão dos corpos também se dá através dos discursos construídos em cada sociedade específica.

Moore demonstra que esta concepção – de que tanto sexo quanto gênero são categorias construídas – é assinalada por Yanagisako e Collier e posteriormente reelaborada por Errington. Esta reelaboração consiste no desenvolvimento de uma noção de que os corpos são sistemas de signos, o que, segundo Moore, tem um papel importante em demonstrar que os fatos tidos como naturais no discurso biomédico ocidental estão eles mesmos sujeitos a um discurso específico de “Sexo”. Assim, na perspectiva da pesquisadora:

There is, in short, no way in any culture to approach sex except through the discourse of ‘Sex’, and this must be particularly true of means for revealing the true nature of underlying physiological processes and substances, and thus for distinguishing between sex and ‘Sex’. What Errington and Yanagisako and Collier do not seem to realize is that the notion of sex, of a biological property or set of biological processes, existing independently of any social matrix, is itself the product of the biomedical discourse of Western culture. There is a fundamental sense in which, outside the parameters and spheres of influence of this biomedical discourse, sex does not exist. In other words, in most cultures in the world, where indigenous or local knowledge reigns supreme, there is no sex, only ‘Sex’ (MOORE, 1997, p. 819).

Tanto Moore quanto as autoras citadas por ela visam demonstrar que os pressupostos analíticos da própria Antropologia são baseados numa divisão binária que é característica da cultura ocidental, a qual se considera uma realidade última e natural. Constata-se que uma parcela significativa dos estudos antropológicos encontra-se fundamentada por esta maneira de pensar dicotômica.

A dificuldade, segundo Moore (1997) consistiria no reforço da naturalização das categorias sexuais binárias pelo fato de que fêmeas biológicas e machos biológicos são necessários para a reprodução humana. Para a autora, o esforço de se manter uma distinção entre sexo e gênero mostrou-se relevante para a análise das desigualdades de gênero, e esse é

⁴ ‘Sexo’ com inicial maiúscula consistiria no discurso social do sexo; sexo, com inicial minúscula, por sua vez, seria constituído pelos atributos anátomo-fisiológicos.

⁵ ERRINGTON, S. (1990) Recasting sex, gender and power: a theoretical and regional overview., In J. Atkinson and S. Errington (eds) *Power and Difference: Gender in Island Southeast Asia*, Stanford, Cal: Stanford University Press.

o ponto para onde suas preocupações confluem. O esforço de se manter sexo e gênero separados não é senão uma atitude analítica, uma vez que retira das ciências sociais o foco sobre o debate das origens biológicas da desigualdade entre os sexos e o reorienta para os determinantes culturais e sociológicos desta desigualdade.

A autora enfatiza os erros que ocorrem quando os modelos analíticos ocidentais servem como sustentação para as análises de outras sociedades; critica Ortner⁶ e Rosaldo (1974) por terem ambas se servido de uma dicotomia (Ortner em relação à associação simbólica da mulher à natureza enquanto o homem é relacionado à sociedade; Rosaldo, em um primeiro momento de sua pesquisa, explicando a desigualdade pela associação da mulher ao privado e do homem ao público) própria do pensamento ocidental.

Essa crítica é forte porque também aponta para uma questão fundamental e que está encravada na história do movimento feminista: a constituição da noção de mulher como uma categoria universal, cuja identidade baseada na percepção de uma suposta igualdade há relativamente pouco tempo começou a ser criticada. Gênero não constitui uma categoria homogênea; assim, uma vez que cada sociedade apresenta um discurso sobre as identidades de gênero, questiona-se como poderia se construir um discurso que se pretende universal, e que fosse capaz de englobar todas as mulheres como iguais.

Rosaldo (1974) – a quem parte da crítica de Moore se dirige – se apresenta em dois momentos distintos de sua reflexão. Em um primeiro momento, durante os anos 70, quando participou da publicação de *A mulher, a cultura e a sociedade*, atribuía a desigualdade entre os sexos à associação das mulheres com a esfera doméstica em detrimento do espaço público preenchido pelos homens. A distinção entre doméstico e público, proposta por Rosaldo (1974) no artigo homônimo, possui consequências analíticas não muito plausíveis, uma vez que tomam por pressuposto aquilo que deveriam explicar, minimizando as relações de desigualdade e poder.

Posteriormente, Rosaldo (1995) percebe que se apoiar em universais consiste em uma simplificação dos fatos, uma sujeição de realidades específicas a análises generalizadas. Em outros termos, uma universalização que tende a subsumir experiências concretas existentes em grupos específicos e que podem não se aplicar a outros – a distinção entre privado/público perde sua essência como causa generalizada da desigualdade entre homens e mulheres e passa a ser concebida enquanto um tipo de relação específica das sociedades ocidentais. Rosaldo, no entanto, ainda se vale da ideia de que toda sociedade se fundamenta

⁶ Ortner, S. (1974). **Is female to male as nature is to culture?** In M. Rosaldo and L. Lamphere (eds) *Woman, culture and society*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.

nos fatos biológicos do sexo para a organização da vida social, sem questionar, aparentemente, que a percepção do que é dado como biológico é singular a cada sociedade.

A problematização da universalização de categorias como público e privado, feita por Rosaldo (1995), fornece uma pista para a direção dos questionamentos a serem feitos pelas teorias de gênero. A antropóloga coloca a dominação masculina como um fator percebido em todas as sociedades, embora afirme que essa assume formas peculiares em diferentes lugares; diz, ainda, que essa dominação não é necessariamente visível em primeira instância:

Mulheres, em várias sociedades, encontram amantes e exercem seu desejo no que tange ao casamento, porém novamente constatamos, em quase todos os casos, que as iniciações formais e arranjos de relações heterossexuais permanentes são de alguma forma organizadas por homens. Mulheres podem ter poderes rituais de considerável significação social, para si e para os homens, porém as mulheres nunca dominam nos ritos que requerem a participação da comunidade como um todo. E ainda que os homens em todos lugares estejam aptos para ouvir e ser influenciados por suas mulheres, não conheço casos em que homens são convocados como audiência obrigatória para os rituais e performances políticas femininas. Finalmente, mulheres frequentemente formam organizações de reconhecimento e força política e econômica real; por vezes reinam como rainhas, obtêm homens como seguidores, batem nos maridos que preferem amantes às esposas, ou talvez desfrutem de um *status* sagrado no seu papel como mães. Mas, novamente, não conheço nenhum sistema político em que exista expectativa de que mulheres, individualmente ou em grupo, tenham mais posições ou influências políticas do que seus parceiros masculinos (ROSALDO, 1995, p. 10).

A importância da contribuição de Joan Scott (1990) para esta discussão consiste na transformação do conceito de gênero em uma categoria analítica, que trouxe definitivamente a questão relacional do conceito. Muitos pesquisadores, ao restringir o conceito de gênero ao estudo das mulheres, da sexualidade, maternidade, família, não atentam para o fato que todas as instâncias da vida são dotadas de um sentido de gênero, seja qual for esse sentido. Isto decorre da não concepção do gênero como uma categoria relacional, que se constrói nas relações entre as pessoas.

A pesquisadora traz à tona a visualização de gênero não como um fato separado de outros. Governo e política, guerra, assuntos como estes pensados até então como não comprometidos com os estudos de gênero, são na verdade, atravessados por esta categoria. Atravessados porque o gênero legitima e dota de sentidos estes espaços.

Trata-se de exemplos de ligações explícitas entre o gênero e o poder, mas estas constituem apenas uma parte da minha definição do gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. Frequentemente, a atenção dedicada ao gênero não é explícita mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher. A articulação dos conceitos de classe no século XIX baseava-se no gênero. Enquanto na França, por exemplo, os reformadores burgueses descreviam os operários em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas), ou dirigentes operários e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe operária (produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças). Os termos desse discurso não diziam respeito explicitamente ao gênero, mas eram reforçados na medida em que se referenciavam a ele. A codificação de gênero de certos termos estabelecia e ‘naturalizava’ seus significados. Nesse processo, definições normativas do gênero, historicamente específicas (e tomadas como dadas), reproduziram-se e integraram-se à cultura da classe operária francesa (SCOTT, 1990, p. 8).

As relações entre gênero e poder podem ser aparentemente difusas e, em um primeiro instante, pouco definidas; no entanto, para Scott (1990), a política se desenvolve em termos de gênero. Gênero, portanto, legitima as práticas e os discursos políticos, bem como os ocupantes desse espaço. Trata-se de pensar a exclusão de indivíduos dotados com atributos de gênero a um local de decisão; trata-se também de vislumbrar a relação entre os espaços políticos e os indivíduos. Visualizam-se, assim, duas das muitas facetas das relações marcadas por gênero: a sub-representação das mulheres nos espaços políticos e, com a mesma característica política, as ações sobre as mulheres de forma constrangedora, imputando-as papéis baseados nas noções naturalizadas do que é ser mulher.

Judith Butler (2003) vai além e, fazendo um esforço epistemológico, propõe uma desconstrução do conceito de gênero. Uma proposta política, vale dizer, que se foca na desconstrução do conceito enquanto uma noção pré-constituída e naturalizada. A autora se posiciona entre aqueles que se debruçam sobre o sujeito e a constituição discursiva do mesmo. Para ela, gênero e sujeito do feminismo são centrais e indissociáveis, uma vez que o sujeito político do feminismo foi construído sobre a formulação e distinção de gênero.

Esta questão assume importância fundamental na perspectiva de Butler (2003), uma vez que ela postula uma tentativa de desconstrução da noção de gênero – e também, a noção de sujeito como pré-condição necessária para a política – a qual, para ela, subsiste como um elemento normativo e, portanto, político, que delimita as expressões dos atores que serão representadas por ela. A noção de gênero que ela procura desmontar é justamente aquela estruturada em torno da dicotomia sexo/gênero, na qual sexo seria o componente biológico

sobre o qual a cultura imprimiria a configuração de gênero, essa de cunho social. Essa formulação do conceito de gênero que procuraria desmantelar um determinismo biológico, a autora ressalta, acabava por construir um determinismo social, ou seja, a distinção sexo/gênero construída dessa forma implicaria em um destino social, determinismo que as/os estudiosos recusavam em sua formulação biológica.

As considerações de Butler são importantes uma vez que nos fornecem um instrumental mais amplo de questionamentos; afinal, é sobre essa distinção que as mais diversas manifestações do feminismo se construíram, e afinal, é dessa discussão que emanaria o sujeito que o feminismo procuraria representar. Procurando questionar a construção deste sujeito, Butler diz:

Contudo, além das ficções ‘fundacionistas’ que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum. Ao invés de um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem pretende descrever e representar, *mulheres* – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade. [...] Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida (BUTLER, 2003, p. 20).

A crítica a que se refere este trecho pode ser estendida para a formação do sujeito político. Butler critica a afirmação da necessidade de um sujeito ontológico, pré-social para a conformação do campo político. Ou seja, a política constrói o sujeito a quem se diz representar, e o sujeito significa e ressignifica o campo político, em um processo dialógico. Para ela, a construção de um sujeito prévio à política delimita as identidades que atuam na política. Em outras palavras, trata-se de uma expressão de poder.

Para os propósitos deste trabalho, a importante consideração de Butler a respeito da construção dos sujeitos políticos – em específico o sujeito do feminismo – nos leva a questionar em que medida – como ela propõe – são delimitadas as identidades que são representadas pelos grupos políticos, especificamente os grupos feministas. Para a autora, a distinção sexo/gênero, que ela questiona, é uma distinção também normativa, uma vez que delimita as identidades de gênero. E é, como consequência, uma forma de poder; a política feminista, que por muito tempo se baseou nessa distinção, perpetuou as categorias binárias

que procurava dismantelar, e ainda, ao invocar uma categoria universal de mulheres, reiterou a mesma dinâmica de exclusão que procurava combater.

Uma vez tendo abordado brevemente a visão de algumas estudiosas sobre o conceito de gênero e sua importância para o feminismo, considera-se pertinente revisá-lo através da perspectiva do poder, sendo que, como visto, a problemática do gênero está intrinsecamente relacionada a ele.

1.2 Discutindo gênero e poder

Como visto, a análise de Butler (2003) concentra-se na desconstrução de categorias normativas dotadas do imperativo da exclusão; para ela, ao delimitar o gênero e as identidades a ele articuladas, restringe-se o campo do representável; em outras palavras, constrói-se uma norma daquilo que se constitui como um determinado gênero, impossibilitando a representação de uma série de alternativas.

A noção de poder se entrelaça com uma gramática de gênero, que, poderosa, articula e identifica aqueles que deverão ser representados; se lembrarmos que o sujeito político é tomado como anterior à política – posição essa, que, como vimos, a autora procura refutar –, ou seja, um sujeito discursivamente construído, concluiremos que o poder está distribuído de forma difusa, nas categorias que organizam os discursos e as relações sociais. Para Butler, conseqüentemente, o poder não opera apenas na ocupação de lugares estratégicos, mas na própria construção discursiva sobre a realidade.

Por outro lado, veremos duas concepções que tratam de lugares estratégicos da expressão do poder. Em primeiro lugar, a análise de Michelle Rosaldo (1974) em seu artigo *A mulher, a cultura, a sociedade: uma revisão teórica* apresenta uma importante consideração sobre a relação entre os papéis femininos e masculinos e sua valorização na sociedade. O mote de seu argumento – neste que é um texto posteriormente criticado pela própria autora – consiste em relacionar as desigualdades de gênero a uma oposição – binária – entre privado e público. Essa oposição seria a base da valorização dos papéis masculinos, ligados ao mundo público, e da pouca, ou nenhuma valorização das mulheres, ligadas ao universo doméstico, sobretudo por estarem amarradas ao cuidado materno.

A experiência masculina estaria, segundo Rosaldo, nas mais variadas culturas, relacionada ao contato com o mundo extradoméstico. O processo de construção da

personalidade, por exemplo, se desenvolveria de maneira essencialmente divergente para homens e mulheres: aqueles se veem na obrigação moral de se oporem à imagem materna para conquistar seu próprio espaço entre os semelhantes, e isto constitui em um elemento central na sua orientação de mundo, horizontal, na qual o aprendizado se dá entre os companheiros de idade, enquanto as meninas, por sua vez, se encontrariam em um processo de continuidade da imagem materna: não é mister que percorram um caminho de rompimentos e construções extradomésticas, uma vez que aprendem a ser mulheres com as próprias mães.

Neste primeiro quadro, Rosaldo aponta para a construção de uma moral masculina abstrata e horizontal, enquanto as mulheres, imersas em seu espaço doméstico, estariam ligadas mais aos cuidados e às atitudes concretas. Uma vez que para Rosaldo (1974), neste instante, a separação entre privado e público é estruturante das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, é neste primeiro processo de socialização que os papéis são reproduzidos, e os poderes e a autoridade são construídos e divididos.

Assim, para a autora, a dicotomia público/privado oferece a base para a estruturação da autoridade e do poder, distribuídos de forma desigual entre homens e mulheres. A autoridade formal e abstrata compete ao homem, que desde pequeno é estimulado a romper os espaços domésticos e a construir sociabilidades outras; às mulheres, excluídas, muitas vezes destas possibilidades, resta o exercício dos afazeres domésticos e do cuidado.

É para este ponto que chamamos a atenção para a contribuição deste artigo de Rosaldo (1974): ainda que sua proposição aponte para uma dicotomia estruturante – ponto que, ao invés de tomar como idiossincrático deveria explicar⁷ – ela aborda o poder como aquele que emana da organização e que, pode ser exercido pelas mulheres, ainda que de forma não legítima – muitas vezes invisível, exercido sobre as crianças, ou a partir da interferência no mundo público através de possíveis influências domésticas sobre seus maridos.

Suas observações nos levam a considerar que mesmo que as mulheres, em nenhum dos relatos por ela utilizados, não detenham o poder legitimamente, conseguem, através de outros mecanismos de influência e de pressão, agir no espaço público, ainda que através de seus maridos, filhos ou irmãos. Isto implica em que, antes de justificar a ausência das mulheres dos espaços públicos de decisão por uma suposta inferioridade feminina

⁷ Para compreender sua postura estruturalista: “(...) ao invés de oferecer uma simples explicação causal, proponho um modelo estrutural relacionado a aspectos periódicos da psicologia e da organização cultural e social, uma oposição entre a orientação ‘doméstica’ e laços extra-domésticos ou ‘públicos’ da mulher, que em muitas sociedades estão acessíveis aos homens.” (ROSALDO, 1979, pg. 34).

idiossincrática, existam barreiras que as impedem de acessar tais espaços mais valorizados. Ou ainda, são valorizados exatamente aqueles espaços não ocupados por elas. Sobre isso, em suas palavras:

Em todo o lugar, dessas sociedades, poderíamos denominar mais igualitárias aquelas nas quais a estratificação sexual é mais marcada, os homens são o foco do valor cultural. Alguma área de atividade sempre é encarada como foco do valor cultural. Alguma área de atividade sempre é encarada como exclusiva ou predominantemente masculina e então opressiva e provavelmente importante. Esta observação tem seu corolário no fato de que em toda a parte os homens tem alguma *autoridade* [grifo da autora] sobre as mulheres, possuem direito legitimado culturalmente para a subordinação e confiança delas. Ao mesmo tempo, certamente, as próprias mulheres estão longe de necessitar ajuda e seja ou não sua influência reconhecida, elas exercem pressões importantes na vida social do grupo. Em outras palavras, em várias circunstâncias a autoridade masculina podia ser mitigada e talvez reduzida quase a insignificância pelo fato das mulheres (através dos mexericos ou gritos, colocação dos filhos contra os irmãos, dirigindo os negócios ou recusando-se a cozinhar) poderem possuir uma importante influência não formalizada e poder. Enquanto reconhecem a autoridade masculina, as mulheres podem dirigi-la para seus próprios interesses; e em termos de escolhas e decisões reais de quem influencia quem e como, o poder exercido por elas pode ter efeito considerável e sistemático (ROSALDO, 1979, p. 37).

Esse viés apresentado nesse artigo específico de Rosaldo invoca um aspecto importante, amplamente discutido por Michelle Perrot (2001), a saber, os poderes múltiplos, exercidos pelas mulheres; em outras palavras, a historiadora nos fornece uma narrativa histórica que procura dar visibilidade aos poderes invisíveis das mulheres, exercidos nos bastidores da vida doméstica.

Um dos princípios de que parte Perrot (2001) para tratar de uma história das mulheres diz respeito ao longo silêncio ao qual foram submetidas enquanto sujeitos da história. Silêncio que consiste na ausência dos fenômenos que são por excelência objetos da história, a vida pública, de uma forma geral. No entanto, como a autora aponta, a exclusão das mulheres deste discurso legítimo não implica no fato de que elas não foram sujeitos importantes dos mais variados acontecimentos históricos. A ideia que subjaz esse raciocínio baseia-se nas influências exercidas pelas mulheres, que, muitas vezes, agiram e manipularam o espaço público através de seus maridos, filhos, etc.

Perrot (2001) sustenta a noção de poder como um artefato discursivo, ou seja, para ela as relações das mulheres com o poder se inscrevem no âmbito do jogo de palavras. Na perspectiva da autora:

Poder, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a ‘influências’ difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela (PERROT; 2001, p.167).

Esse jogo de palavras está na base daquilo que ela chama de “poderes femininos” que se encontram difusos e dispersos no mundo privado. É no âmbito privado que as mulheres exerceriam esses poderes, dominando a vida doméstica e influenciando a vida pública através dos homens.

Perrot (2001), ao contrário de Rosaldo (1974), não formula sua discussão em tons universalizantes; inversamente, delimita suas considerações à história do Ocidente, fazendo da distinção privado/público (assumidamente dicotômica) específica a este contexto.

Assim, Perrot (2001) traça um percurso histórico que procura dar conta não de uma possível origem da desigualdade de poderes entre homens e mulheres, rompendo com uma perspectiva que visualiza as mulheres como vítimas; ao contrário, seu objetivo consiste em contribuir com uma nova perspectiva, na qual os poderes e as experiências femininas são levadas em consideração. Referindo-se às dicotomias de textos por ela analisados, esforços de uma nova historiografia que pretendia avaliar a história cotidiana para mostrar a presença das mulheres neste espaço, a autora escreve:

Um procedimento idêntico anima esses textos. Ele procede por inversão, subversão dos pólos; o negro se torna branco (ou vermelho, como se quiser). Ele prefere a partilha ao conflito. Insiste na existência de uma esfera, de um “mundo das mulheres” caracterizado pela sua sociabilidade, suas formas próprias de expressão, sua “cultura”, em suma. Corresponde sem dúvida a uma fase de reavaliação eufórica da história das mulheres, e ao mesmo tempo à descoberta do prazer do convívio feminino.

Ele também tem seus riscos, suas fraquezas. É sistemático e dicotômico demais. Reforça a tese do “poder social” das mulheres, sustentada por quem tem a intenção de mantê-lo lá. *Já que as mulheres têm tais poderes, o que elas reivindicam?*

Assim, a análise do poder das mulheres também é um jogo de poder. (PERROT, 2001, p. 172) (Grifos meus).

A análise dessas perspectivas não tem por pretensão esgotar o assunto; devemos considerar após essa abordagem a percepção de duas variáveis, a saber, um primeiro instante no qual se deve considerar a experiência doméstica das mulheres não como uma alienação dos

poderes femininos, mas como um contexto no qual a influência feminina é exercida de outras maneiras; essa primeira colocação não deve ser encarada como uma justificativa do enclausuramento de mulheres no âmbito de sua vida doméstica, mas como um suporte para compreendermos que mulheres estiveram presentes, de alguma forma, nas variadas expressões das decisões públicas.

Também, essa primeira assertiva nos leva conseqüentemente à segunda, que se refere à necessidade de compreensão não de uma mulher vítima, relegada passivamente a um ostracismo e incapaz (completamente) de fazer valer suas opiniões. Trata-se de rever certos conceitos, e de considerar que, silenciosas, tal qual nos diz Michelle Perrot (2001), essas mulheres estiveram, muitas vezes, interferindo no mundo com os instrumentos e as armas que dispunham.

A estudiosa afirma que:

“(…) pode-se interrogar sobre a atitude das próprias mulheres, principalmente em relação ao poder político: é este que constitui o verdadeiro problema. Na França, ela não traz a marca de uma certa inibição e aceitação de fato da sociedade patriarcal? A maioria dos comentadores anglo-saxões ressalta esse fato que lhes parece ligar a França às sociedades latinas. O feminismo entre nós continuaria a ser um fato ‘social’, não político. A ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos. Além disso, as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais. É, uma vez mais, todo o problema do consentimento que aí se coloca.

Na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres (PERROT, 2001, p. 184) (Grifos meus).

Considerando que as próprias mulheres podem valorizar ou não a política, é pertinente ao estudo compreender como se estabelecem as relações entre as mulheres e o contexto político.

1.3 As relações entre mulheres e a política

A compreensão da participação das militantes no movimento estudantil pode passar pela discussão sobre as participações das mulheres nas instâncias formais da política.

Isto porque, por um lado, as diversas produções sobre esta relação – mulheres e política – estão majoritariamente focadas nesta dimensão, a dimensão da política formal. Por outro lado, fornece subsídios para o entendimento de que inclusive essa produção é resultado de um tipo específico de reflexão, macrossociológica, calcada na necessidade de prover explicação para a não participação da mulher na política, ou para justificá-la a partir da necessidade de se atender a uma demanda democrática dada *a priori*. Existe um discurso normativo que, por excelência, parte de um princípio da necessidade das mulheres neste espaço como forma de ampliar os espaços democráticos, e por isso se torna um discurso, muitas vezes, militante; ou, por outro lado, pode-se ter outro tipo de análise que considera como desviante qualquer tipo de ação que não se submete à lógica racional da política ocidental, lógica esta, masculina, branca e heteronormativa. Como referido anteriormente, a produção discursiva sobre o assunto é, em si mesma, um artifício político.

Em um primeiro instante é necessário compreender em que medida e de que forma as mulheres participam – e que tipos de mudanças e choque essa participação provoca no cenário político. Depois, pretende-se compreender a participação das mulheres em uma forma alternativa de política⁸ - neste caso no movimento estudantil, que, ainda que se referencie de alguma forma no poder institucional, através das consignas partidárias às quais muitas vezes se toma por orientação, assume um caráter mais dinâmico, ainda mais pelo contexto que se encontra inserido – o contexto universitário⁹. E é nesse contexto, e nessa forma de participação que a compreensão da inserção da mulher na vida pública assume novas cores. Ademais, vale lembrar que o conceito de política é abrangente, e é também interessante utilizar o conceito tal qual se encontra enraizado na tradição da Ciência Política, e contrapô-lo às concepções dos sujeitos, de forma a entender que se por um lado há uma tradição normativa, que visa adequar os elementos de uma dinâmica política a um tipo ideal democrático, é também possível – e necessário, compreender este espaço através das concepções dos sujeitos que estão no jogo político.

1.3.1 Revendo construções: a discussão sobre mulheres na política

⁸ Céli Pinto (1992) apresenta uma análise sobre a participação das mulheres em movimentos sociais, espaço onde segundo ela as mulheres deixam sua condição de invisibilidade para assumir um lugar no mundo público, através de uma nova constituição de sujeito que esse espaço instiga.

⁹ Essa discussão será aprofundada adiante, no capítulo 2.

Nos últimos anos, houve um expressivo crescimento das taxas de participação de mulheres no mercado de trabalho e na educação; tal crescimento, no entanto, não foi tão expressivo quando nos referimos à participação da mulher na política formal¹⁰. Este fenômeno, naquele instante, serviu de ponto de partida para as preocupações acadêmicas que se debruçavam sobre questões relativas às mulheres, e impulsionou um crescimento de pesquisas relacionadas a essas temáticas.

A produção acadêmica sobre a relação entre mulheres e política começou a ganhar volume a partir da década de 1990. Céli Pinto (1992) afirma que se, por um lado, a História, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia viram crescer os estudos sobre a mulher, o mesmo não aconteceu com a Ciência Política¹¹. Se a Sociologia do Trabalho viu uma entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, o que, para ela, explica a ampliação das investigações feitas nessa área, a Ciência Política por sua vez, não viu o mesmo acontecer. O acréscimo da participação das mulheres nas esferas políticas não justificava, na tradição dominante da Ciência Política, um aprofundamento nesses questionamentos. A autora atribui a expressividade dos estudos sobre as mulheres, nas demais áreas do conhecimento, ao enfoque analítico dos mesmos. Ela nos diz:

(...) a mulher torna-se objeto visível nos trabalhos de antropólogos e historiadores através da construção, nestas áreas, de novos cortes teórico-metodológicos, como por exemplo, o privilegiamento do estudo do cotidiano, espaço por excelência de visibilidade feminina. A Ciência Política, entretanto, não teve à sua disposição nem uma emergência massiva da mulher no mundo tradicionalmente entendido como político, para justificá-la como tema, nem o surgimento de novas áreas de interesse teórico metodológico¹² (PINTO, 1992, p. 128).

Marlise Matos *et alli* (2007), por sua vez, atribuem essa pouca expressão das produções sobre o envolvimento político das mulheres ao fato de que, por muito tempo, os movimentos feministas e de mulheres estiveram debruçados sobre questões relativas à saúde, educação, participação no mercado de trabalho e dimensões de violência sofridas pelas

¹⁰ Por política formal, entende-se nesse trabalho, a política institucional, ligada ao Estado.

¹¹ Vale ressaltar que a data de publicação de seu artigo, 1992, coincide com o período em que as investigações sobre a relação entre mulher e política começaram a ganhar corpo.

¹² Ela continua: “Nos últimos anos, a análise do autoritarismo e da transição para um regime democrático tem ocupado um grande espaço na área, trazendo conseqüentemente para a arena dos debates a questão da institucionalização, dos partidos políticos, e do comportamento eleitoral. Daí resulta que os trabalhos sobre a mulher no âmbito da Ciência Política viram-se na contingência de se limitar a estudos sobre a presença da mulher no legislativo ou em estudos de comportamento eleitoral, locais que combinam certa visibilidade com as preocupações temáticas hegemônicas na área” (PINTO, 1992, p.128). Nota-se que, tradicionalmente, a Ciência Política tem preocupações com as esferas institucionalizadas do poder, que podem impedir o aprofundamento em questões que extrapolem o campo institucional.

mulheres. Assim como Céli Pinto (1992), seu argumento – argumento esse, vale lembrar, de cientistas políticas – consiste em apontar para a ausência de pesquisas que enfoquem as constituições de gênero nas esferas institucionalizadas do poder, que permitiriam uma maior compreensão dos entraves políticos aos quais são submetidas as mulheres que desejam se engajar no mundo político.

Por outro lado, os mesmos motivos atribuídos ao desenvolvimento dos estudos sobre o advento da inserção das mulheres nos mais variados espaços da sociedade civil serviram como escopo para um recente avanço nas investigações sobre mulheres e política. A questão que se colocou a partir de então, e que suscitou uma nova empreitada acadêmica, diz respeito justamente aos espaços conquistados nas demais áreas, como educação e emprego, conquistas estas que foram sentidas minimamente na política.

As considerações sobre o sistema de cotas na política de Estado revelam uma leitura sobre a necessidade de políticas afirmativas para a abertura de espaços para a mulher em tal contexto. Estas reflexões apontaram para a questão de que os mecanismos formais do sistema democrático-liberal por si só não dão conta de abrir os espaços necessários para que vários setores da sociedade tenham acesso a elementos básicos de uma democracia. Além disso, o sistema de cotas para mulheres na política – como será visto adiante, a partir da leitura de Miguel (2001) – tem sua construção norteadada por argumentos fundamentados a partir de uma noção da necessidade de incrementar o número de mulheres.

Vale considerarmos que o crescente número de estudos e análises sobre a participação das mulheres na política se concentram, em grande parte, em meio às discussões da ciência política. Isto nos leva a refletir sobre as posturas metodológicas adotadas, que, como já citado, procuram abordar em termos, muitas vezes quantitativos, ou melhor, aprofundam suas reflexões em termos de quantas mulheres participam e quais seriam as barreiras que as impediriam de acessar o universo político. Não obstante estas sejam reflexões importantes, e que certamente agregam um aspecto que não pode ser ignorado, ainda assim costumam assumir como premissa a exclusão feminina, sem questionar as implicações da política como um constructo masculinizado e heteronormativo. Por fim, muitas vezes deixam de se questionar acerca de como as mulheres concebem e se articulam por esse espaço, e quais são os modelos de feminino concebidos na política, sendo relevante, portanto, o aprofundamento nessas questões.

1.3.2 Modelos de femininos na política

As argumentações que defendem a necessidade da presença da mulher na política baseiam-se na crença de que a inclusão das mulheres levaria a uma ruptura com a política tradicional desenvolvida pelos homens, e tal ruptura poderia se dar em dois sentidos, baseados em uma visão essencializadora do feminino: um argumento consiste na crença de que a presença das mulheres levaria a uma moralização da política, ou seja, constitui a categoria mulher como dotada de ética e honestidade; o outro legitima as mulheres como únicas representantes capazes de incluir, na agenda política, outras pautas, mais relacionadas ao cuidado, até então subsumidas pelas discussões econômicas (PINHEIRO, 2006).

A atuação das parlamentares, como nos aponta Luana Pinheiro (2006), concentra-se, sobretudo em áreas associadas ao feminino, como cuidado, atenção à população excluída; portanto, não há nada que garanta que a maior presença de mulheres no Parlamento tenha por consequência o aumento da defesa dos interesses femininos. As percepções acerca do que é ser homem e do que é ser mulher se estendem ao universo político formal, reproduzindo nesse plano as características remetidas às mulheres, associando o cuidado e a ética ao “ser mulher”.

Para a autora, ao incorporar valores de gênero, durante o processo de socialização, homens e mulheres têm seus espaços de atuação delimitados. Desta forma, essa essencialização do feminino leva às próprias parlamentares o entendimento de que sua atuação na política deve corresponder às demandas das mulheres na sociedade – o que Pinheiro chama de ‘política da Presença’. Pinheiro, ao se referir à atuação das parlamentares, argumenta que:

(...) as desigualdades de participação transparecem, também, da análise da atuação daquelas mulheres que conseguiram acesso a esse espaço político. Nesse caso, as parlamentares encontram barreiras invisíveis para ocuparem cargos de alto prestígio, concentram-se em determinadas áreas e têm que responder à pressão e à cobrança social que as torna, de certa forma, presas a um tipo muito particular de atuação. (PINHEIRO, 2006, p. 65)

O trabalho de Irllys Barreira (1998) é revelador nesse sentido. O foco argumentativo de seu texto consiste na análise de candidaturas de mulheres à prefeitura de importantes cidades do Nordeste¹³, procurando compreender de que forma essas candidaturas

¹³ Entre elas, Fortaleza, Natal e Salvador.

são construídas, ou seja, de que forma entram no jogo político as articulações de gênero. Referindo-se a uma visão que explicava a ausência das mulheres da vida política devido à supremacia do papel doméstico sobre os demais, ela afirma:

Ao longo do tempo, tais interdições tornaram-se inócuas pela presença cada vez maior das mulheres nas atividades públicas, fato que não eliminou a emergência feminina no cenário político. Na realidade, a construção de símbolos e estratégias discursivas, que acontece por ocasião de candidaturas femininas, é reveladora de que as mulheres não entram na vida política de forma silenciosa. Ao contrário, ritualizam essa entrada, seja comemorando a capacidade de “romper barreiras”, seja enfatizando sua capacidade para o exercício da função em reação aos preconceitos historicamente arraigados, que associam negativamente gênero feminino e desempenho político (BARREIRA, 1998, p. 105).

A proposta de sua reflexão consiste na tentativa de conhecer as estratégias que acompanham as candidaturas de mulheres durante a campanha eleitoral, e tal investimento permite conhecer que quando as mulheres entram em cena na vida política, elas entram provocando uma série de mudanças estratégicas. Em outras palavras, quando entra em questão a presença de um feminino, as estratégias tomadas na disputa eleitoral jogam com esse atributo. A passagem que se segue é ilustradora deste evento:

Identificada cada vez mais com a canção “Maria Maria” (...), Maria Luíza adotou, durante sua campanha para prefeita [de Fortaleza], o primeiro nome. Trata-se de uma mudança que teve significativo papel na imagem da candidata, pela associação entre o feminino e o popular que porta o nome “Maria”. (BARREIRA, 1998, pp. 122).

E continua:

A presença do feminino com estratégia de disputa eleitoral indica vários pontos interessantes à discussão, supondo-se que à categoria mulher associaram-se outros símbolos típicos, usados com frequência na política, tais como povo, força e coragem (BARREIRA, 1998, pp 122).

No trabalho de Irllys Barreira percebemos não apenas as estratégias adotadas pelas candidatas durante o jogo eleitoral para legitimar sua candidatura e angariar votos; mais do que isso, é possível perceber, também, nas entrelinhas, a existência de parâmetros de imagens relacionadas a uma noção de feminino que alimentam a estratégia adotada nas campanhas.

É possível perceber que, assim como existe uma justificativa construída historicamente que procura legitimar a ausência das mulheres da política, vivenciamos também uma série de argumentos que procuram postular o contrário. As justificativas são igualmente construídas sobre visões e concepções sobre a existência de um feminino, e as características a ele atribuídas. Luís Felipe Miguel (2001) nos mostra as representações na política a partir destas justificativas que apontam para a necessidade de rompimento das barreiras para o acesso das mulheres na política. Por um lado, apresenta uma perspectiva teórico-histórica a partir da qual reconstrói as abordagens de clássicos como Hobbes, Locke e Rousseau. Para esses autores, a construção do argumento sobre o feminino consiste em justificar sua exclusão dos assuntos públicos – seja reforçando sua relação com o doméstico, seja argumentando sobre a ausência de um imperativo racional, sendo este superado por emoções e sentimentos, baseados na concepção de uma natureza feminina sentimental, voltada para o cuidado dos filhos e do lar.

A fundamentação de uma natureza feminina, calcada no sentimento e no cuidado, no entanto, não foi exclusividade desses autores, que a utilizavam com a prerrogativa da exclusão. O autor nos aponta uma corrente feminista que visava o contrário: a partir dos pressupostos de uma natureza sentimental e do cuidado, essas feministas tomavam como necessária a presença das mulheres como ponto de partida para uma moralização da política. Por essa perspectiva a busca pela paridade política se baseava na diferenciação moral entre homens e mulheres. Conforme afirma Miguel:

Esta primeira corrente vai postular a singularidade do julgamento moral feminino. As diferenças que, de maneira preconceituosa, Rousseau apresentava (e, depois dele, muitos outros) não seriam o efeito do subdesenvolvimento da capacidade de julgamento das mulheres, mas de uma moral distinta da masculina. [*Para esta corrente*] Dar espaço à representação política feminina seria dar voz, nas discussões públicas, a esta outra sensibilidade, que hoje permanece circunscrita à esfera doméstica; por isto, é necessária [*para esta corrente*] a adoção de mecanismos que promovam a elevação da presença de mulheres nos foros decisórios (MIGUEL, 2001, pg. 257-258) (Grifos meus).

Essa vertente feminista apresentada por Miguel ao contrário de desconstruir as noções de cuidado e moral elevada como características tipicamente femininas, as reforçam. Parte do pressuposto de que a entrada da mulher na política pode ser capaz de promover uma mudança real nesse espaço, fazendo com que se torne mais ético, atrelado a um ideal nobre. Parte dessa abordagem, segundo o autor, consiste na percepção, para as estudiosas sobre

quem ele fala, de que a diferença entre os sexos pode não ser biológica, mas é tomada como fundante de uma identidade das mulheres – diferença esta que, reafirmando o que o autor nos diz, está tão naturalizada quanto se estivesse baseada em características biológicas.

Miguel nos apresenta uma segunda possibilidade, igualmente essencializadora do feminino, como contraponto a esta análise de uma figura feminina moralmente superior. Esta segunda abordagem aponta, ao contrário da primeira, para o aumento da presença de mulheres como um meio para se alcançar uma real representação das mesmas. Está subjacente a esta lógica a ideia de que as mulheres seriam as melhores representantes de seus interesses. Ou seja, de acordo com essa premissa:

As mulheres se devem fazer representar não porquê sejam os vetores de uma ‘política desinteressada’ mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam levar em conta. Quando o sistema político está estruturado de forma tal que veda ou obstaculiza a expressão destes interesses (ou de quaisquer outros), revela-se injusto. (MIGUEL, 2001, p. 264).

Assim, essa é uma visão da mesma forma essencializadora, que assinala que as mulheres são as melhores representantes de si mesmas; mas, essa afirmação não é coerente, uma vez que coloca todas as mulheres como iguais, com interesses idênticos. Com base no exposto, julgamos conveniente relembrar o questionamento proposto por Judith Butler, a saber, a necessidade de construção de um sujeito anterior à política que constitua o centro do qual emergem as práticas políticas.

1.3.3 A Participação Política Feminina

Marlise Matos (2010), analisando os fatores condicionantes das dificuldades femininas no contexto da política, salienta que os obstáculos enfrentados pelas mulheres no espaço político, estão, em um primeiro plano, relacionados com as limitações da autonomia das mulheres, aos papéis de gênero construídos nos moldes tradicionais e falta de recursos econômicos. Em um segundo instante, aponta para as assimetrias na distribuição de poder e a dificuldade de participação efetiva nas tomadas de decisões em diferentes âmbitos – doméstico, social, político – e diferentes formas de discriminação que acabariam por levar a crer que as candidaturas femininas estariam fadadas ao insucesso.

A autora aponta um último nível de enfrentamentos apresentados diretamente pelo campo político-partidário brasileiro, e conseqüentemente, suas regras (MATOS, 2010); estes seriam obstáculos que remontam à própria constituição da política institucional e de suas regras, orientadas por um sentido de gênero fortemente masculino normativo existente naquele contexto.

Os números referentes à participação política feminina na representação formal revelam um grande índice de sub-representação. Algumas estudiosas feministas apontam como causa dessa exclusão uma estrutura patriarcal que perpassa a organização social, firmemente consolidada nos espaços de decisão e de poder. Os cargos políticos são altamente valorizados, e como tal, são cargos ocupados predominantemente por homens¹⁴.

Segundo Lúcia Avelar, as análises sobre mulheres na política devem ter em conta as razões segundo as quais as “desigualdades políticas e sociais permanecem, lado a lado com o mito de uma igualdade universal particularmente nos direitos de cidadania” (AVELAR, 2002, p. 40).

Ao analisar a participação política das mulheres nas instituições políticas formais, deve-se, no entanto, não se esquecer de atentar para o fato de que essas mulheres são norteadas pela ideologia do partido ao qual se alinham, e que se orientam segundo as possibilidades apontadas pelo ideário de igualdade:

(...) ao se justificar toda a prática política feminina como orientada exclusivamente por concepções de gênero, ignoram-se outros importantes componentes das identidades destas mulheres, como sua filiação ideológica e sua trajetória política, homogeneizando um universo que, na prática, é bastante diversificado. Ademais, ignora-se, também, que a atuação no campo político obedece a certas regras e lógicas próprias ao seu funcionamento. Parte da forma como as mulheres desenvolvem suas atividades está condicionada à estrutura do espaço, às questões pragmáticas do cotidiano político, como a preocupação em angariar votos, e às posições que ocupam no campo, e que irão dificultar ou favorecer sua ascensão interna e o acúmulo de capital político necessário para se “fazer política” (PINHEIRO, 2007, p.22).

Para Pinheiro, inexistente um consenso acerca do conceito de participação política, e qual seja sua amplitude para além da política institucional. A autora afirma que para alguns

¹⁴ A relação entre posições de prestígio ou não e gênero não é tão óbvia assim. Em muitos lugares as mulheres até exercem algum tipo de prestígio, porém sempre as posições mais altas e mais importantes são ocupadas por homens. A esse respeito, ver ROSALDO, tradução de 2007.

estudiosos, a participação política se reduz ao processo político-eleitoral, enquanto outros, inclusive para aqueles que estudam “mulher e política, adotam uma definição mais abrangente, não circunscrita apenas ao processo eleitoral. Faz-se necessário, então, considerar outras formas de participação que se constituiriam em novos meios de participação política para as mulheres, ‘favorecendo a sua presença, tanto na política *ad hoc*, como nos canais formais de poder’ (2007, p. 57). No entanto, a autora alerta para o fato de que:

(...) é preciso estar atento para que essa definição abrangente não sirva de impedimento ou complicador para os estudos e análises das “práticas políticas de gênero” que têm lugar nas esferas institucionais, como o Parlamento, os cargos eletivos estaduais e municipais, ou aqueles ocupados nos altos escalões dos Poderes Executivo e Judiciário. É justamente nesses espaços de poder que se concentram as atividades de formulação, implementação e fiscalização das políticas e leis. (PINHEIRO, 2007, p.58).

Os movimentos sociais são apontados por Céli Pinto como importantes canais de participação política, sobretudo para aqueles aos quais as barreiras ao acesso à política formal são praticamente intransponíveis. Esses movimentos interfeririam nas relações de poder cotidianas através de um processo de identificação. Ao contrário da relação entre grupos excluídos e militantes de partidos políticos, o “núcleo inicial de um movimento social é sempre um de nós” (PINTO, 1992, p.130), aquele com quem se divide a condição de excluído, e a percepção de tal condição e o sentido de pertencimento é que organizaria o movimento social. A autora considera a entrada de um sujeito no movimento como a constituição de um novo sujeito, e nesse sentido afirma que a adesão a um movimento social pode ser considerada como um rito de passagem do privado para o público, onde se constitui uma identidade pública. A adesão aos movimentos sociais “coloca o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança” (1992, p.131).

Essa formação do grupo não se limita ao seu caráter reivindicatório em relação às autoridades – sua face mais pública, nem na reorganização do cotidiano dos sujeitos – sua face mais privada, mas se estende a um nível de organização das relações de poder da comunidade. Ele se torna uma referência para a própria comunidade de origem, em um conjunto de demandas e expectativas que vão além do objetivo em torno do qual se forma.

Nesse quadro apresentado, a questão a ser por discutida pela autora é a de localização/manutenção/rompimento das relações de poder que a inserção no movimento

social engendra, que tem como base as relações de gênero. Segundo ela, essas relações devem ser pensadas a partir de duas situações distintas, a saber:

(...)a primeira diz respeito às relações de gênero como constituições do movimento, como é o caso do movimento feminista; a segunda refere-se à presença das práticas advindas dessas relações como constitutivas de possibilidades no interior de movimentos sociais. (PINTO, 1992; p.132)

Nesse sentido, para a estudiosa, o movimento feminista não é reivindicatório *strictu senso*, pois não se organiza a partir de demandas específicas ao Estado; essa relação com o Estado é, na maioria das vezes, muito posterior à sua organização.

A autora enxerga nos movimentos sociais um canal de explicitação das desigualdades nas relações gênero. Conforme assinalado anteriormente, a introdução de mulheres no interior dos movimentos sociais pode promover mudanças, na ruptura com a condição de invisibilidade. Os novos sujeitos políticos, constituídos a partir desta inserção nos movimentos sociais, tem em sua formação uma trajetória do privado para o público, “que, ao contrário do eleitor tradicional, busca participação, tem demandas específicas que somam às gerais e provocam novas formas de relação de poder com o Estado” (PINTO, 1992, p.136).

Alinne Bonetti (2003), por sua vez, reflete sobre os sentidos de gênero que são constitutivos do campo político, e se apoia em uma diferenciação proposta por Sonia Alvarez entre o campo *da* política e o campo *do* político. Nesta diferenciação, o campo *da* política seria aquele que circunscreveria a política clássica, abarcando, portanto, as instituições políticas, os partidos políticos, cargos de representação política e espaços de atuação. Por sua vez, o campo *do* político tem um sentido mais abrangente, que se relaciona ao aspecto “cultural, ao simbólico e às relações de poder/gênero que aí se constituem e se reconfiguram continuamente” (ALVAREZ *apud* BONETTI, 2003, p. 184). Bonetti prossegue:

Afirmar que o campo político é um espaço semântico eminentemente masculino implica considerar os valores que o compõem (o campo *do* político) e seus atributos de gênero. Significa, ainda, afirmar que tais atributos, que o dotam de sentido, são culturalmente associados ao masculino. (BONETTI, 2003, p. 1984).

A constituição do sujeito político, que segundo Judith Butler (1998), evoca uma ideia de universalidade – universalidade essa que é construída a partir da exclusão – a

necessidade de constituição de um sujeito prévio e anterior à política é também uma ação política, que no campo teórico, institui aqueles agentes legitimamente considerados sujeitos. O sujeito legítimo e autorizado da política toma a forma do “sujeito ocidental masculinizado” [que] atribui sentido de gênero ao jogo político e institui as regras e os códigos culturais a serem seguidos no campo político a partir de atributos como força, agressividade e virilidade, associados ao masculino na cultura ocidental” (BONETTI, 2003, p. 185).

A articulação das mulheres em torno de movimentos políticos e sociais é ilustrada por Bonetti a partir do estudo das Promotoras Legais Populares, as PLP's. O programa de formação de Promotoras Legais Populares – as PLP's, se constitui como parte de um programa de intervenção social voltado a mulheres das camadas populares de Porto Alegre, da ONG Themis. Conforme descritas por Alinne Bonetti:

As PLPs são ativistas dos Direitos Humanos das Mulheres, ligadas ao projeto de intervenção social da ONG feminista gaúcha Themis –Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. O grupo pesquisado se caracteriza por possuir uma vasta trajetória no campo político comunitário e, através da grande circulação pelos espaços políticos da cidade, chegou ao projeto da ONG (2003, p. 180).

Alinne Bonetti demonstra as diferentes articulações políticas feitas pelas “Promotoras Legais Populares, as PLPs”, de forma a legitimar suas posições nos meios em que atuam. Ao se encontrarem nas discussões do partido, essas mulheres se identificam como “feministas”, para exigirem iguais condições de representatividade neste espaço. Por outro lado, em relação às outras mulheres feministas, deixam de se identificar enquanto tal, uma vez que não conseguem estabelecer uma identidade com estas outras mulheres, com ensino superior e de classes mais altas. Face a essas mulheres de elite, se identificam como “populares”. Segundo Bonetti:

O caráter conflitivo, que marca as disputas políticas no caso analisado, aponta a desconstrução de uma suposta e nostálgica política do feminino, que seria caracterizada pela cooperação e pela solidariedade, elementos constituidores de uma irmandade de gênero. As estratégias utilizadas pelas PLPS, os jogos empreendidos – de identificação e diferenciação entre femininos e masculinos, de proximidade e distanciamento e de apropriação e negociação com os códigos que atribuem sentido aos espaços semânticos do campo político – denota a tensão entre alteridades que buscam legitimidade e reconhecimento nesse campo (BONETTI, 2003, p. 203).

Essas breves considerações levam-nos a concluir que os movimentos sociais e outros canais de acesso ao poder funcionam de forma a promover mudanças nas relações sociais e de poder e apresentam os sentidos de gênero que configuram o campo político. Em contrapartida é necessário atentar para o fato de que esta definição de participação não seja um entrave para as análises das práticas políticas de gênero (PINHEIRO, 2007) nas esferas institucionais, pois nestes espaços se constroem as atividades de formulação, implementação e fiscalização das políticas e leis.

CAPÍTULO 2: O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA

2.1 Os sujeitos do movimento estudantil – Considerações sobre a juventude

Para os propósitos desse trabalho, cujo foco centra-se na conjunção de duas categorias importantes, a saber, gênero e juventude, é importante trazer algumas considerações sobre a definição de juventude, para assim, compreender um pouco as questões suscitadas pela análise do campo do movimento estudantil.

O tema da juventude nas ciências sociais foi marcado por uma polarização entre duas tendências teóricas que se opõem; tendências essas que correspondem, de um lado, uma ideia genérica de juventude, e por outro, a que se atém a especificidade das experiências. Segundo Ruth Cardoso e Helena Sampaio, nos períodos marcados por acontecimentos de grande repercussão “em que se atribui à juventude o papel de propulsora real ou potencial dos processos de transformações sociais (...)” os estudos sobre juventude se sustentavam em uma noção abstrata e genérica de juventude. (CARDOSO, SAMPAIO, 1995). Dentro dessa lógica, a dinâmica da geração dá a tônica nas análises sociológicas sobre juventude, as autoras destacam Karl Mannheim, que:

Estabelecendo a descontinuidade das gerações como um fato social básico, Mannheim encontra uma relação direta entre, de um lado, o ritmo de mudança social – ele estava escrevendo em 1952 – e, de outro, a difusão de novas atitudes e a proliferação de estilos jovens. Esse processo teria início no interior de grupos concretos, capazes de elaborar o material de suas experiências comuns (...) proporcionando uma expressão mais ou menos adequada de uma situação comum a uma geração. Por meio desse processo de extensão, criar-se-iam ligações entre indivíduos socialmente distantes, configurando unidades de geração diferenciadas, ao mesmo tempo que surgiria um elo entre essas diferentes unidades dentro de uma geração real, uma vez que estão orientadas umas em relação às outras. (CARDOSO e SAMPAIO, 1995, p. 16).

As autoras apontam que, ao considerar a temática da geração dessa maneira, Mannheim coloca a questão da fragmentação e unidade como fases de um mesmo processo, processo esse pelo qual a juventude se transforma em agente de mudança social. Ainda, para ele, o potencial de mudança é uma característica inerente à juventude, uma vez que a nova

geração se posiciona de maneira original em relação à tradição no sistema social. (CARDOSO, SAMPAIO, 1995).

Em oposição a essa análise generalista, existem trabalhos que apontam para o caráter diversificado e fragmentário da juventude, tal como nos apresentam Cardoso e Sampaio. Segundo as pesquisadoras, esses trabalhos têm como pressuposto a noção de que a experiência juvenil não é um fenômeno apenas geracional, mas também se sustenta no pertencimento a grupos sociais e culturais específicos, e tal foco analítico contempla uma juventude que está concretamente vinculada à suas experiências de vida.

No entanto, o percurso de uma abordagem generalista para uma que se apropria das experiências concretas dos jovens está longe de ser linear. Assim, durante os anos 60 e 70, com a eclosão de diferentes movimentos juvenis, foi retomada certa concepção genérica da juventude, calcada na imagem de juventude contestadora. Os esforços foram concentrados no resgate daquilo que haveria de comum nos diversos “modos de ser jovem, ou ainda, em procurar por uma linguagem que costurasse valores e comportamentos de diferentes grupos juvenis” (CARDOSO e SAMPAIO, 1995. p. 21).

Assim, os estudos sobre juventude se caracterizam por oscilarem entre a perspectiva generalista e a que se fundamenta nas particularidades sociais das experiências dos jovens em nossa sociedade. Atentando-se para isso, as autoras comentam:

Ambas as perspectivas, sem dúvida, apresentam problemas. É importante, todavia, fazer notar que elas tendem a se impor de forma alternada. A visão mais particularista reagindo à primeira [generalista], relendo suas interpretações globalizantes, muitas vezes realizadas sob o impacto dos acontecimentos, busca revelar as formas específicas de ser jovem encobertas por uma categoria ampla como é a juventude. O risco, todavia, é cair no particularismo e perder o que há em comum, a idéia de uma linguagem geracional. Esse tipo de abordagem, ainda que tenha alargado, inclusive quantitativamente, e inovado o campo de pesquisas na área, corre o risco de conferir um peso bem maior às categorias sociais às quais os jovens se vinculam do que à própria experiência juvenil (CARDOSO e SAMPAIO, 1995, pg. 24).

É importante frisar uma característica comum dos estudos sobre a juventude, enfatizada pelas autoras. Trata-se de uma tendência de analisar a juventude a partir dos mesmos parâmetros usados para avaliar a “efervescência juvenil dos anos 60 e 70”, o que provoca a impressão de que a juventude deixou de ser protagonista de amplas transformações políticas, sociais e culturais. Esse problema é recorrente, segundo Cardoso e Sampaio, nos estudos que abordam o segmento estudantil:

Pode-se dizer que a reflexão sobre a juventude universitária ficou de alguma forma contaminada pelos aspectos políticos que mesclaram ou, melhor, forma constitutivos da identidade estudantil em nosso país. Não queremos dizer com isso que a população universitária no Brasil tivesse sido algum dia 100% politizada. O que ocorre é que falar de cultura universitária no Brasil significa referir-se a um momento muito preciso – a cultura universitária pós-politização dos movimentos estudantis. Hoje existe um certo consenso sobre o caráter despolitizado dos movimentos estudantis. A identidade estudantil não passa mais pela política, como ocorreu nos anos 60 e 70 (CARDOSO e SAMPAIO, 1995, pg. 26).

José Machado Pais procura desconstruir uma noção de senso comum de juventude generalizada, que se remete a uma determinada fase da vida. Para ele, essa desconstrução viabiliza a percepção de como as representações sobre a juventude são histórica e culturalmente construídas. Essa concepção de juventude, enquanto categoria construída socialmente, está submetida a transformações, uma vez sendo determinada por contextos históricos, econômicos, sociais e culturais específicos (PAIS, 1990). Segundo o autor:

Em suma, a noção de *juventude* somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento – com os consequentes «problemas sociais» daí derivados – dos tempos de passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma *fase de vida* (PAIS, 1990. pg. 148).

Na tentativa de se apreender a realidade sociológica, o autor recomenda que atentemos para o termo juventude sob uma nova ótica, através da qual conseguiríamos enxergar os sentidos semânticos alternativos que são encapsulados pela noção genérica e arbitrária de juventude, que visa enquadrar indivíduos de uma mesma idade sob seu rótulo. A proposta é perceber que a compreensão de juventude em seu sentido genérico se contrapõe a outros sentidos possíveis para o termo; sendo assim, ele afirma que, ao se falar em grupos tais como de jovens operários ou de classe média, jovens solteiros ou casados, jovens rurais ou urbanos, o sentido é diferente da juventude enquanto uma categoria abstrata. Assim:

Tentar uma aproximação científico-analítica ao mundo da “juventude” exige, nesta ordem de ideias, um radical ascetismo de vigilância epistemológica que nos obriga a partir do pressuposto metodológico de que, em certo sentido, a juventude não é, com efeito, socialmente homogênea. Na verdade, a juventude aparece *socialmente dividida* em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações. Dar importância a este pressuposto metodológico parece tanto mais conveniente quanto é certo

que, como se tem vindo a insistir, a noção de juventude é uma das que mais se têm prestado a generalizações arbitrárias (PAIS, 1990. pg. 149).

A juventude é, portanto, passível de ser analisada por dois vieses diferentes: enquanto uma categoria cujo princípio norteador é a faixa etária compartilhada pelos indivíduos, em oposição a outras gerações e enquanto um conjunto social que se caracteriza pela composição de jovens em situações sociais diferentes.

Nesse sentido, o autor aponta para a necessidade de se passar a analisar a juventude a partir daquilo que ele designa como campo semântico da diversidade. Essa perspectiva corresponde a uma lógica em que a juventude passa a ser tratada como um *processo* – ao invés de uma categoria ou estado –, a saber, “a juventude é vista em termos de uma *sequência de trajetórias biográficas* entre a infância e a idade adulta”. Segundo Machado Pais, tal perspectiva deve levar em consideração duas ordens de acontecimento, quais sejam, “*acontecimentos históricos*, que pautam a evolução das estruturas sociais, e *acontecimentos individuais*, que balizam os diferentes percursos constitutivos de uma trajetória biográfica”. (PAIS, 1990. pg. 150) Nesses termos, o autor afirma:

Sendo assim, como poder falar da juventude como um fenômeno *sociologicamente* homogêneo? O interessante será justamente dar conta das possíveis diferentes descontinuidades e rupturas que marcam a transição dos jovens – ou, melhor, de determinados grupos sociais de jovens – para a vida adulta. Para essas possíveis descontinuidades e rupturas dar conta torna-se, no entanto, necessário olhar a juventude não apenas como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada *fase da vida*, mas também como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens (PAIS, 1990. pg. 151).

O conceito de juventude tem seu significado alterado de acordo com a forma pela qual é abordado: a) na corrente teórica geracional, a concepção da juventude está calcada na noção de uma cultura juvenil, compartilhada pelos indivíduos de uma mesma faixa etária. Nessa corrente, Machado Pais destaca duas vertentes importantes: uma vertente que se foca nos aspectos de continuidade entre a cultura adulta e a juvenil, e outra que sublinha os aspectos que implicariam em descontinuidades entre as várias gerações¹⁵; b) a corrente classista, por sua vez, destaca as influências socioeconômicas nas culturas juvenis, agora são

¹⁵ Essa discussão pode ajudar a compreender em alguma medida os grupos estudados, posto que se caracterizam, por um lado, de uma maneira subversiva e contestadora, mas parecem tender a reproduzir uma lógica política institucional partidária.

entendidas como cultura de classe. Aqui, a categoria juventude passa a sofrer forte crítica, pois se vê dominada pelo conceito de classe social. Sobre isso, Maria Gladys Mathieu afirma:

Al establecer su punto de partida en el marxismo, la clase social se coloca en la base del análisis y como factor determinante de la clase de edad. Desde este punto de vista, la Escuela [de Birmingham] denuncia la ocultación que de la dominación de clase realizan las teorías sobre la cultura juvenil. De este modo, ya no se habla de cultura juvenil sino de subculturas de clase, que deben ser analizadas y comprendidas en el marco de la dominación de clase, en tanto las subculturas se entienden como campos de batalla políticos entre las mismas (MATHIEU, 2009, pg. 35).

Machado Pais considera que a tendência para uma dessas correntes teóricas pode incidir em análises determinísticas, e que uma alternativa viável para o estudo das juventudes seria apelar para a utilização mais dinâmica do termo cultura, no conceito de cultura juvenil. Para isso, a concepção antropológica de cultura oferecerá um viés mais fértil de análise: calcada na ideia de experiências, de vida cotidiana, de símbolos e significados construídos histórica e socialmente, auxiliará o olhar sobre a juventude a encontrar um foco mais palatável das experiências concretas dos grupos, a compreender suas especificidades. Para o autor:

Mais que fazer uma dedução dos “modos de vida” dos jovens a partir de um “centro” imaginário correntemente identificado com uma cultura dominante (de gerações ou de classes), parece ser preferível estarmos prioritariamente abertos a uma análise *ascendente* (passe a expressão) dos modos de vida dos jovens, partindo dos seus infinitesimais mecanismos, das estratégias e táticas quotidianas, tentando perceber como esses mecanismos são investidos, utilizados, transformados, quais são as suas possíveis involuções ou generalizações. É esta forma de olhar a sociedade, através do quotidiano dos jovens, uma condição necessária para uma correta abordagem de alguns dos *paradoxos da juventude*, embora não suficiente.

Importa também ver de que forma a “sociedade” se traduz na vida dos indivíduos. Ou seja, dos contextos vivenciais ou quotidianos dos indivíduos fazem também parte *crenças e representações sociais* que os jovens encontram sem que diretamente tenham tomado parte na sua elaboração. Constituem essas crenças e representações sociais o fundamento de interpretações “coletivas” que repousam em pertenças de geração e de classe social, como tem sido defendido, respectivamente, pelas correntes “geracional” e “classista”. No fluir destas duas correntes tem avançado a sociologia da juventude. Mas também poderá avançar no refluxo delas, em movimentos de contracorrente. É que andar «ao sabor das correntes» envolve, não raras vezes, um grave perigo: o perigo de nos deixarmos arrastar por elas, de a elas nos «acorrentarmos», como náufragos à deriva. (PAIS, 1990. pg. 164-165)

Maria Gladys Mathieu, por sua vez, argumenta sobre a existência de três paradigmas que focalizam o envolvimento do jovem com a política e que são construídos fundamentando-se na análise do compromisso que os jovens têm com a sociedade. Esses três paradigmas são: falta de compromisso/ passividade da juventude; fase contestatória da juventude; período de regressão e normalização após os movimentos contestatórios. (MATHIEU, 2009). Esses paradigmas são associados a períodos históricos específicos, e apresentam características generalizantes e homogeneizantes da juventude. Como vemos a seguir:

El primer paradigma, relacionado con el fin de la Segunda Guerra Mundial es parte de un discurso que, a pesar de otorgar a los jóvenes un papel reponderante en el proceso de reconstrucción social y señalarlos como agentes potenciales del cambio social, caracteriza a los jóvenes por su escepticismo y falta de compromiso. Frente a las consecuencias de una guerra en la que habían sido involucrados por decisión de “los adultos” y evaluando “los beneficios”, no es de extrañar que la falta de compromiso fuera consecuencia de una actitud hacia la vida más ligada al disfrute que a la responsabilidad social. El segundo paradigma surge en un momento en que la juventud adquiere una gran visibilidad social, tras ser protagonista de una serie de conflictos en los que hacía patente su disconformidad con las condiciones de vida establecidas por un sistema que era considerado fundamentalmente opresor. Este paradigma se ha constituido como eje en el análisis de la participación social y política de los jóvenes, condicionando incluso los análisis actuales. El tercer paradigma es el más actual y se construye a partir de discursos sobre el narcisismo y el individualismo, que se identifican como los valores que priman en las sociedades actuales en detrimento del compromiso y la solidaridad social (MATHIEU, 2009, pg. 36).

Levando em consideração que esses paradigmas são embasados em contextos sociais específicos, a autora conclui que as definições sobre atitudes juvenis geradas então são consequentes de se tomar a juventude como um todo e de atribuir ao conjunto uma forma de ser e de atuar. Em detrimento disso, as manifestações da juventude contemporânea se comparada, por exemplo, com os jovens das décadas de 60 e 70, tendem a ser analisadas como apáticas e desiludidas com a política (MATHIEU, 2009).

Colocar nesses termos o debate sobre a juventude significa assumir uma postura que também engloba a juventude enquanto uma categoria a ser considerada. Isto deve ser feito com ressalvas, visto que não se deve tomar como condicionante dos agentes envolvidos na militância estudantil a sua pertença a uma geração específica; mas, no caso do movimento estudantil, saber que essa categoria existe, inclusive no bojo dos partidos políticos, que

fomentam o crescimento da participação da juventude em sua militância, leva-nos a considerar o seu valor, inclusive como categoria nativa.

Ann Mische argumenta que as manifestações ‘fora-Collor’ – tomado como um exemplo de um contexto político específico - embora evocassem à memória os episódios de 68, possuíam características marcadamente diferentes do referido em termos de mobilização estudantil. A autora afirma que:

Enquanto as mobilizações anteriores foram conduzidas num campo político polarizado entre o Estado militar e a oposição estudantil, os caras pintadas foram atores privilegiados em uma ampla mobilização da sociedade civil e política contra o governo Collor. Depois da revelação de uma extensa rede de patrocínio coordenada pelo assessor Paulo César Farias, o governo ficou mais e mais isolado, enquanto as bandeiras da moralidade pública e da “ética na política” ganharam força na imprensa, nas organizações civis e nos partidos de oposição. Isso tocou numa grande reserva de frustração pública com o clientelismo e a corrupção crônica do sistema político. Nesse clima, a participação entusiasmada dos jovens nas passeatas pelo *impeachment* — organizados pelas entidades estudantis, apoiados pelos partidos e entidades civis, e divulgados pela grande imprensa — não pode ser chamada de “independente” ou “espontânea”, pois eles receberam amplas formas de apoio oficial e não-oficial (...) (MISCHE, 1997, p.136).

A autora propõe que a noção de identidade seja empregada como um conceito mais dinâmico e interativo na análise das diferenças históricas entre o movimento de 68 e os “caras pintadas” dos anos 90, para compreender como os jovens foram levados da identidade participativa de “estudante”, em 68, a outra identidade participativa, ‘qualificada pela noção mais abrangente de cidadão’ (MISCHE, 1997, p.141).

Essa proposta se fundamenta em uma noção de identidade que não se restringe a significar as delimitações de pertencimento a um grupo. Ao contrário, para Mische, a noção de *identidade* possui uma fluidez e uma contingência, próprias da “interação dinâmica entre o ‘ciclo de vida’ da pessoa, a participação no movimento e as mudanças históricas da época” (MISCHE, 1997, p. 139). Sua proposta leva em consideração três aspectos da identidade que ela julga necessários para uma melhor compreensão da dinâmica existente entre os movimentos jovens da década de noventa. Neste caso, citaremos dois, importantes para nossa análise. O primeiro aspecto consiste no caráter *potencial* da identidade, isto é, as categorias sociais que se agregariam para formar uma identidade são latentes e se tornam “visíveis, efetivas e relativamente ‘fixas’ apenas quando reconhecidas publicamente por outros” (1997, p. 139). O segundo aspecto consiste na transição de uma categoria demarcadora, fixa, estruturante e delimitadora em termos de pertencimento, para uma categoria mais abrangente que dê sentido também aos projetos de ação dos estudantes.

Nesse sentido:

Meu argumento básico é que o período anterior, de 1960 a 1968, serviu como um nexos para a concentração de identidade. A identidade forte de “estudante” se tornou um prisma para múltiplas dimensões dos projetos emergentes dos jovens da classe média universitária, dentro de uma dinâmica radicalizante de oposição política. Isso não se deve a uma lógica intrínseca ou “destino histórico” de estudantes como categoria social, mas resultou da estrutura específica de suas redes sociais, concentradas principalmente na família e, mais importante ainda, nas universidades. Em contraste, o período posterior de reestruturação democrática, nos anos 80 e 90, é caracterizado pela dispersão crescente das redes juvenis. Os anos formativos dos jovens não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes contraditórios) projetos pessoais e coletivos. Por isso, a categoria de “estudante” não tem a multivalência necessária para servir como um prisma para a diversidade de projetos-em-formação dos jovens nos anos 90. Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua), evidente no universalismo formal de “cidadão.” (MISCHE, 1997; p. 140).

Tal argumento é válido para as considerações dos estudantes pesquisados, se levarmos em consideração as posturas políticas adotadas no interior dos grupos. Ao ingressarem nos grupos os estudantes passam por um processo de construção de identidade juntamente ao grupo, e a partir dos elementos simbólicos constitutivos do espaço, se identificam com o grupo, e participam, do processo de construção de identidade do próprio grupo. As representações e orientações dos grupos passam a ser compartilhadas e a fazer parte das próprias representações dos sujeitos envolvidos.

Os discursos tradicionais da esquerda, como vistos – por exemplo – no movimento de 1992, estavam subordinados a uma linguagem mais abrangente de ‘cidadania’, mantendo o foco na defesa das instituições democráticas – ‘as ditas “regras do jogo”’ (MISCHE, 1997; p.136). Para Mische, os jovens não assumiam uma postura política radical ou conservadora, mas participavam como ‘cidadãos em formação’. No entanto, a autora aponta para o fato de que a multivalência do conceito de cidadania o sujeita a interpretações as mais variadas e até mesmo contraditórias: “Assim, atores diversos — desde militantes e intelectuais da esquerda até políticos conservadores e comandantes militares — puderam fazer afirmações entusiasmadas sobre a “nova cidadania” dos jovens, porém com implicações divergentes” (MISCHE, 1997; p 137).

Anne Mùxel, por sua vez, ao analisar a juventude francesa de década de 80, afirma que os jovens têm construído um discurso de negação da política, não vendo mais nela a

legitimidade para mudar as coisas – negação, aliás, que não se restringe aos jovens. Nesse novo cenário francês, essa negação provocou uma diluição, entre os jovens, da esquerda-direita:

Este sentimento de diluição das referências é compartilhado, quer se esteja reconhecidamente filiado à esquerda ou à direita. Aliás, esta visão embaçada e turva das clivagens ideológicas não aparece mais marcadamente naqueles que não confessam nenhuma filiação particular (os que se colocam na posição central da escala, por exemplo) do que entre os jovens cuja orientação é mais determinada (MÜXEL, 1997, p. 157).

As considerações feitas por Müxel apresentam uma especificidade de um grupo específico de jovens franceses; a pesquisa em campo permitiu observar que as clivagens ideológicas marcam fortemente o campo político do movimento estudantil do DCE, e às referências à política institucional representada nos partidos constitui um dos elementos importantes na formação das identidades de cada grupo.

A juventude, conforme se destacou, é, portanto, plural, tanto como conceito com conotações as mais diversas no interior da pesquisa acadêmica, que pode modificar os enfoques analíticos, quanto como um agente histórico e social e categoria nativa, cujos sujeitos são construídos ao sabor de suas interações com o meio em que vivem e interagem. Foi essa perspectiva de que se lançou mão na atual pesquisa, por considerar que os atores envolvidos nas disputas políticas analisadas agiam a partir do contexto específico no qual estavam inseridos, além de suas origens individuais serem igualmente peculiares. Esse ponto não deve ser tomado apenas do ponto de vista geográfico, das interações imediatas, uma vez que, conforme percebido, os diálogos e disputas, em suma, as construções identitárias no interior do movimento estudantil – recorte da juventude discutido no presente trabalho – ultrapassam as fronteiras locais das universidades. A clivagem esquerda-direita, entre eles, é uma maneira legítima de se demarcarem no campo político, visto que reproduz a lógica da ideologia política partidária.

2.2 O movimento estudantil como campo de análise

O movimento estudantil é tomado como um campo privilegiado para a investigação sobre a forma em que se dá a participação política de mulheres no espaço

universitário, porque para alguns dos atores, representa um primeiro contato e um momento de aprendizagem política, e porque, para o nosso objetivo, tomamos a universidade como um espaço, ao menos por definição, no qual homens e mulheres vivenciam condições de equidade, garantida pelo acesso (formalmente) universal ao ensino superior.

As construções sociais da juventude universitária brasileira estiveram ancoradas sobre o paradigma de sua representação política, o movimento estudantil. À luz dos acontecimentos políticos, o movimento estudantil esteve, nas décadas de 60 e 70, envolvido em confrontos diretos contra o regime político vigente. Foram anos nos quais a juventude saiu às ruas, e ao invés de espectadores de um momento histórico se tornaram sujeitos atuantes e combativos.

O movimento estudantil, inicialmente, se apoiou em bandeiras relativas à educação, à Reforma Universitária e por mais verbas destinadas à educação. O ano de 1968 foi um marco na história política brasileira, tanto se pensarmos no acirramento da ditadura militar, que teve seu ápice com a promulgação do Ato Institucional número 5, quanto às mobilizações da oposição ao regime militar. O movimento estudantil, já extremamente politizado, se aliou a outros setores da sociedade, se envolvendo com causas políticas mais amplas, como à oposição contra a ditadura militar (BARBOSA, 2002).

Segundo João Quartim de Moraes (1989), 1968 foi um ano marcado por uma particularidade, no tocante aos processos de mobilização de massas: a presença decisiva do movimento estudantil. Segundo o autor, as passeatas nasciam nas Faculdades, até mesmo nas escolas secundárias, e tal situação ilustra como os estudantes na história brasileira se constituem enquanto categoria social mobilizadora por excelência, ou seja:

(...) aquela que, pondo-se em movimento, movimentava as demais. Acabaram assumindo também, embora não fosse essa a intenção proclamada de seus militantes mais expressivos, uma função dirigente no seio do movimento de massas. Função efêmera, sem dúvida, além de difusa, exercida por propagação espontânea a partir do meio estudantil em direção das categorias sociais e profissionais adjacentes: professores, jornalistas, artistas e em geral profissionais ligados à cultura, assim como as correntes de opinião sensíveis ao ideário democrático e aos valores culturais avançados que aquela mobilização contrapunha à estreiteza reacionária da ditadura. A famosa Passeata dos Cem Mil, realizada a 26 de junho de 1968 no Rio de Janeiro, constituiu o ponto mais alto do processo de luta de massas desencadeado três meses antes, ao influxo da indignação provocada pela truculência assassina da repressão policial. Os estudantes, mais uma vez, atuaram como força motriz da impressionante manifestação, da qual participaram, como se sabe, todas as correntes da opinião democrática carioca (MORAES, 1989. pg. 2).

Durante o período da ditadura militar, conseguiu ser um dos movimentos de maior expressão nacional, e, como nos fala Marcos Ribeiro Mesquita, chegou a ser “o ator de maior força e organização, atraindo outros grupos e movimentos sociais” (MESQUITA, 2003, p. 117). O movimento estudantil tem suas peculiaridades históricas; sua análise deve ser conjugada a uma leitura contextualizada, para se esquivar das problemáticas que podem surgir, como a figura de um tipo ideal de militante estudantil.

Essa figura idealizada do estudante enquanto agente de um movimento político deve-se muito às leituras feitas tomando-se como base o movimento estudantil na história recente brasileira; o movimento estudantil de então foi um protagonista das manifestações de oposição à ditadura militar.

Para analisarmos o contexto de atuação do movimento estudantil nos dias de hoje, devemos levar em consideração a mudança que a universidade sofreu; segundo Loriza Lacerda Almeida (2004), após a década de 1970, ampliou-se o acesso à educação, conseqüentemente uma massificação do acesso ao ensino superior, que dentre seus desdobramentos, teve como mudança o papel do estudante universitário. Ruth C. L. Cardoso e Helena Sampaio apontam para a transformação do contingente de estudantes que passam a ter acesso ao ensino superior. Elas afirmam que:

Se, antes, a universidade destinava-se, com quase exclusividade, aos jovens das camadas mais altas, depois dessas transformações e também nelas interferindo, um contingente cada vez maior de estudantes chegou ao ensino superior. As mudanças não se limitaram à expansão das matrículas. Novas instituições e carreiras foram criadas para dar conta dessa explosão da demanda por ensino superior. O novo contingente estudantil que chega à universidade já não apresenta a homogeneidade de antigamente. A pressão por ensino superior parte de diferentes segmentos da sociedade: jovens mulheres que já não se satisfazem com o diploma de nível secundário ou de "normalistas", jovens oriundos de famílias sem tradição em ensino superior, pessoas mais velhas e já inseridas no mercado de trabalho em busca de uma melhor qualificação profissional etc. Com isso, a clientela passa a ser extremamente diversificada e a expansão da matrícula não significa apenas aumento quantitativo (CARDOSO e SAMPAIO, RBCS 26).

Esse cenário também compete para o aumento da importância da qualificação profissional, em detrimento dos outros papéis sociais cumpridos pelo universitário. Em face disso, e de um contexto econômico adverso, no qual o diploma nada garante em termos de emprego, o jovem universitário perderia estímulo para o investimento de atividades que não fossem orientadas para a capacitação e aperfeiçoamento profissional. Dentro desse contexto, a função política que o jovem poderia vir a exercer perdeu lugar, e Almeida chama a atenção

para o fato de que diante dessa circunstância, análises pessimistas poderiam considerar os jovens como sujeitos desinteressados e apáticos (ALMEIDA, 2004).

A autora ainda apresenta uma crise do engajamento político e da representação tradicionais, e aponta para o fato de que novas formas de sociabilidade e participação políticas emergem nesse novo contexto. Enquanto as práticas tradicionais, e as representações partidárias, conforme demonstra sua pesquisa, perdem um pouco seu significado, outras formas de ações surgem entre os estudantes. Segundo Almeida, a causa da perda de legitimidade consiste no fato que:

Para que a participação política da juventude universitária seja assegurada, é necessário que ela seja construída em outras bases, para ter repercussão junto aos estudantes. A crise das representações de que tanto se fala, não passa necessariamente por sua legitimidade, mas sim pela pertinência das causas que são representadas.

Se as reivindicações levadas aos órgãos colegiados da universidade e às assembleias dos estudantes não são específicas o suficiente para atender as questões concretas que preocupam o estudante, elas caem no vazio, na desmobilização e, não raro, se confundem com o não reconhecimento das lideranças” (ALMEIDA, 2004, p. 6)

Essas considerações devem ser feitas por levarem em conta os demais estudantes universitários, e não apenas aqueles envolvidos diretamente com o movimento estudantil. Nesse sentido, dá uma dimensão da atual configuração das formas de participação e engajamento dos estudantes, que não mais se limitam às formas tradicionais de militância estudantil e não se veem representados, muitas vezes, pelas entidades estudantis.

Pensemos agora a partir da lógica suscitada por aqueles que militam nas entidades de movimento estudantil. Se por um lado parece haver uma descrença e falta de legitimidade entre os demais estudantes, não podemos deixar de considerar o movimento estudantil ainda atrativo para uma parcela deles. Ainda que uma parcela dos estudantes não se veja representada pelo movimento estudantil, outra parcela tanto se vê representada quanto legítima a atuação do movimento estudantil, baseada também na imagem que se projeta deste, relacionada “a imagens como protesto, ruptura, jovialidade” (MESQUITA, 2006, p. 95)

As comparações inevitáveis entre o movimento estudantil atual e sua atuação passada geram, como afirmado em outra ocasião, uma justificada impressão de ostracismo. Percebe-se um movimento muito menos atuante, e ainda burocratizado em relação ao que foi no passado. Conforme dito, os contextos políticos e culturais são importantes para configurar as ações e discursos do movimento estudantil. Por isso, sua atuação durante a ditadura militar,

momento no qual o movimento mostrou sua faceta mais contestadora, não serviria de parâmetro analítico para a compreensão do atual movimento estudantil. Mas por outro lado há um apelo mobilizador nesta evocação, quando pensamos também que o movimento estudantil se constrói a partir de sua história e seus símbolos.

Nesse sentido, Marcos Ribeiro Mesquita afirma que:

De toda forma, esse imaginário serve como referência daquilo que o movimento pretende ser, muito mais do que uma construção daquilo que ele realmente foi enquanto produto de uma coletividade. Neste sentido, os eventos que possuem maior força simbólica se impõem aos demais e fixam-se como norteadores de um certo ethos e imaginário. (MESQUITA, 2006, p. 96)

O movimento estudantil ainda conta com outros elementos que, acrescentados a esse imaginário, modificam-no, como por exemplo, a partidarização do movimento estudantil ou sua forma de organização.

Existe, portanto, um aspecto simbólico na relação do movimento estudantil com sua história; seu caráter atuante, opositor, jovem, alicerça, junto a elementos atuais, um imaginário do movimento estudantil nos estudantes. Esse caráter marca a presença das militantes no movimento estudantil.

CAPÍTULO 3: AS MILITÂNCIAS DE JOVENS MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

3.1 Situando os atores: os partidos e as tendências no movimento estudantil

O presente trabalho procurou focar os grupos de esquerda, mais especificamente, grupos de estudantes que se apresentam como representantes do discurso de esquerda em uma universidade pública mineira. Durante a pesquisa, três grupos¹⁶ de estudantes foram observados: um grupo orientado por uma tendência do Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁷, Democracia Socialista (DS), em sua vertente relacionada aos movimentos estudantis, denominada *Kizomba*¹⁸; o segundo grupo norteava-se por outra tendência do PT, neste caso, *O Trabalho*¹⁹. O terceiro grupo orientava-se pela sigla do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (*PSTU*)²⁰.

Tal concentração nos grupos de esquerda nesta pesquisa tem duas justificativas: a primeira, relativa à própria delimitação da pesquisa, de maneira que a compreensão dos significados e atos naquele campo pudesse ter uma medida comparativa. Questiona-se de que maneira as diferentes concepções políticas destes partidos de esquerda poderiam influenciar os diferentes modos dos estudantes de fazer e perceber a política, e como isto implicaria na participação das jovens militantes. Em uma segunda perspectiva, tal como assume Cavalari (1987), toma-se a esquerda neste presente trabalho como aqueles setores – do movimento

¹⁶ Concorria também ao DCE uma terceira chapa, cujo nome é “De que lado você samba?”; a chapa se apresenta como apartidária, mas os estudantes dos outros grupos apontavam para o fato de que a direção da chapa era composta por filiados ao PCdoB e ao PSDB.

¹⁷ O “Partido dos Trabalhadores” é um partido político brasileiro, que segundo Motta (1999, p. 131), “trata-se certamente de uma das construções mais originais da política brasileira. Contribuíram para a sua fundação alguns parlamentares eleitos pela legenda do MDB em 1978, mas as forças principais do PT vieram do universo extraparlamentar. As bases sociais do partido se originaram fundamentalmente de três setores: líderes do sindicalismo em ascensão, com destaque para Luís Inácio ‘Lula’ da Silva; intelectuais e pequenos grupos marxistas; e militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica. A originalidade advém exatamente desta mistura – por sinal não isenta de conflitos – responsável pela união de católicos, marxistas, intelectuais e operários numa mesma entidade. Tratou-se igualmente de um dos raros casos na história brasileira de um partido criado fora das elites e do Estado”.

¹⁸ *Kizomba* é uma tendência nacional do movimento estudantil, que está referenciada na tendência política Democracia Socialista (DS) do Partido dos Trabalhadores. Denomina-se de maneira diferente da corrente partidária uma vez que trata-se de uma corrente própria do movimento estudantil, que mantém uma relação estreita com a tendência partidária citada.

¹⁹ *O Trabalho* é uma tendência do Partido dos Trabalhadores, de orientação política trotskista, surgida em 1976, com o nome de Organização Socialista Internacional (OSI), resultado da fusão da Organização Marxista Brasileira com o Grupo Comunista Primeiro de Maio.

²⁰ O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado é um partido político trotskista fundado, em 1993, após discordâncias ideológicas de um grupo de militantes com o Partido dos Trabalhadores.

estudantil – cujo discurso centra-se em uma noção de transformação do *status quo* da sociedade e da política.

Os discursos e as práticas partidárias assumem no contexto do movimento estudantil um papel relevante, uma vez que os grupos se orientam, em geral, em torno de concepções políticas próprias de partidos políticos, através de militantes filiados a estes partidos. A forma de engajamento no movimento estudantil pode acontecer de formas diferentes. Em alguns casos é comum que a militância se dê primeiramente no partido, e depois, já como filiados, ao ingressarem na universidade, se engajam no movimento estudantil. Em outros casos, igualmente comuns, a universidade é também um local de recrutamento de jovens para a militância política, através do próprio movimento estudantil.

Este aspecto ilustra a relação entre o movimento estudantil e a política institucional dos partidos políticos de esquerda, onde esses grupos aparentemente são canais de intermediação entre o movimento estudantil e a política institucionalizada²¹. A representação partidária, nestes grupos que surgem dos partidos (de esquerda), em direção ao movimento estudantil não se dá de forma unilateral. No espaço universitário, com o estabelecimento de novas relações com outros estudantes, com a vida acadêmica, essa influência é ressignificada, e ainda que não deixe de existir, assume novas formas²².

Optou-se por definir os militantes do movimento estudantil neste momento em função de sua relação com siglas partidárias, tendo em vista que é desta maneira que se identificam costumeiramente uns aos outros. Compreendeu-se que esta identificação parece abranger também aqueles que se consideram apartidários, uma vez que estão em relação com algum dos grupos em questão²³.

Os grupos estudados procuram diferenciar-se tanto em termos de posturas de ação quanto em suas orientações ideológicas. Por orientações ideológicas eles concebem os valores

²¹ Este dispositivo não necessariamente exclui outras possibilidades de manifestação estudantil, ou de interlocução com as esferas institucionalizadas do poder. No presente contexto, pensar nessa relação com o Estado faz parte de uma estratégia analítica para perceber de que forma as mulheres atuam nesses diferentes espaços que dialogam com o poder legitimado do Estado. No entanto, como será discutido adiante, em momento nenhum será nesse fenômeno que se concentrarão as possibilidades de atuação e mobilização do movimento estudantil.

²² O movimento estudantil, como já afirmamos, é um espaço de aprendizado político. A universidade, por sua vez, constitui-se também em um espaço de novas possibilidades de relacionamentos, novas amizades, novos conhecimentos adquiridos por aqueles que nela entram. Nessa lógica, pensamos nas festas, nos namoros, na aquisição de novo conhecimento, e, de alguma forma, um “desbravamento do mundo”. As relações, por isso, são mais dinâmicas, e vão sendo construídas juntamente às experiências dos estudantes. Tudo sem, a princípio, o pragmatismo e a formalidade próprias da política de Estado.

²³ O que não significa, de maneira alguma, que inexistente a possibilidade de estudantes se considerarem apartidários; pelo contrário, vários estudantes não assumem nenhum tipo de aproximação real com os partidos políticos. No entanto, estão em comunhão com as propostas mais abrangentes dos estudantes partidários, o que nos leva a observá-los, apenas em fins analíticos, como simpatizantes desses grupos com os quais comungam.

que orientam os distintos projetos políticos sobre a sociedade e seus estratos e para o Estado e suas instituições. Durante o período em campo, foi possível distinguir as pautas, a forma de organização dos grupos, a maneira como se relacionavam de acordo com estas posturas políticas diferenciadas.

O campo apresenta, portanto, agentes diferenciados²⁴. De um lado, um grupo representado por um partido específico, e de outro, dois grupos que representam tendências internas de um mesmo partido²⁵. Ainda que nem todos os participantes de cada chapa corroborassem com as acepções dos partidos políticos, de alguma forma compartilhavam minimamente de opiniões que os militantes dos partidos envolvidos no processo defendiam. Desta forma, podemos defini-los como simpatizantes, senão do partido político, sobre cuja bandeira, ainda que não assumidamente, estava assentado o grupo, de uma concepção política específica daquele grupo.

Uma das estudantes do primeiro grupo analisado, a *Kizomba*, relatou-nos que é uma característica dos partidos, sobretudo do PT, dividir-se internamente em correntes, que às vezes se posicionam contrariamente. Estas divisões internas representam não rupturas no interior do partido, mas ainda segundo ela, uma diversidade de posicionamentos e formas de encarar tanto a política quanto questões sociais.

Ao analisar o posicionamento dos dois primeiros grupos, *Kizomba* e *O Trabalho*, considerou-se relevante relatar como ambos podem assumir posturas diferentes em relação

²⁴ Os/as participantes dos grupos apresentam concepções políticas e sociais diferentes em vários momentos, mas não em todos. Dois grupos, por exemplo, a *Kizomba* e o PSTU, apresentam concepções semelhantes em relação à necessidade de serem discutidos os papéis das mulheres e suas especificidades, no entanto não se enxergam de forma alguma como tendo algo em comum. No caso, pelo contrário, a chapa representada pelo PSTU se via mais próxima do chapa do Trabalho, mas ambos apresentavam uma forma de conceber a necessidade de se discutir o papel das mulheres na sociedade de uma forma bem distinta. Esse ponto será retomado e melhor explicado adiante.

²⁵ Segundo o documento de um partido envolvido, o PT, a respeito das tendências políticas:

“7. O PT não confunde tendências internas de opinião com partidos dentro do partido, assegurando, pois, a qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se como tendência interna do partido.

a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...).

b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.

c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido.” (Resolução sobre Tendências, Fundação Perseu Abramo). Esta é uma descrição própria do partido que nos serve como apoio para tornar clara a existência desses recortes no movimento estudantil, entre os grupos pesquisados; um recorte que se estende de uma maneira geral para o movimento estudantil em um nível nacional. É desta maneira que os estudantes envolvidos representam a divisão entre os grupos. No campo da esquerda, em partidos como o PT, o debate, a divergência e a luta interna das tendências é um elemento crucial da identidade e do fazer política de seus integrantes.

aos mais variados remas, e como reiterado diversas vezes pelos estudantes, tal variação estaria calcada nas diferentes visões norteadas pelos partidos.

O terceiro grupo estudado era representado por militantes e simpatizantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – *PSTU*. Estes estudantes postulavam uma radicalidade própria, e, durante a pesquisa, foi possível perceber entre as observações das reuniões e durante conversas que se identificam como oposição aos outros grupos.

3.1.1 As deliberações durante as formações de chapa para o DCE– questões de organização

Os três grupos estudados, *Kizomba*, *O Trabalho* e *PSTU*, se organizavam para as reuniões de forma parecida: centralizavam a organização e a direção da reunião em algum dos integrantes, que anotava as inscrições feitas para as intervenções²⁶. Estas inscrições consistiam em um processo de normatização, facilitando a manutenção de certa ordem no decorrer da reunião e instituindo o direito de todos participarem e deterem o mesmo tempo de fala.

As reuniões constituíam-se em momentos férteis de aprendizagem política; nestes espaços, os trejeitos, as falas, o tom dos discursos era apreendido pelos participantes, criando vínculos e representações simbólicas próprias da construção da identidade destes grupos. Tal constatação pode ser embasada em Marcelo Camurça que considera que:

Determinados jargões e denominações usados como linguagem operacional, servem, na verdade, como suporte para a constituição da identidade do grupo, pois são reconhecidos apenas pelo círculo restrito dos iniciados, causando estranhamento aos que estão de fora (CAMURÇA; 1994, p. 195).

Podemos pensar nessas reuniões como um momento ritualizado da participação política desses jovens, uma vez que uma série de símbolos compartilhados que normatizam o

²⁶ Um estudo de antropologia política que aborda a “estrutura” das reuniões de militantes – a pauta, a coordenação, as discussões, o público, etc, foi o que realizou John Comerford (1999).

funcionamento do encontro são aprendidos e percebidos, símbolos estes que facilitam tanto este referido aprendizado quanto a sensação de pertencimento dos participantes dos grupos²⁷.

David Kertzer (1988) nos apresenta o conceito de ritual, tradicionalmente relacionado com as experiências e práticas religiosas, como elemento constitutivo da prática política. Para ele, os ritos são elementos da realidade social capazes de dar conta de criar uma realidade política. Neste sentido, as reuniões podem ser consideradas momentos em que uma realidade política específica é criada, ou seja, os grupos observados e suas representações políticas se tornam entidades consistentes e conscientes de sua própria existência coletiva. Os discursos proferidos durante as reuniões se tornam muitas vezes mais recursos simbólicos de construção e reforço de identidade do que necessariamente propostas de execução prática (propostas estas que, reiteram o caráter simbólico da posição política assumida por aqueles estudantes). Segundo Kertzer:

Ritual action has a formal quality to it. It follows highly structured, standardized sequences and is often enacted at certain places and times that are themselves endowed with special symbolic meaning. Ritual action is repetitive and, therefore, often redundant, but these very factors serve as important means of channeling emotion, guiding cognition, and organizing social groups (KERTZER; 1988, p. 9).

Nestas reuniões, portanto, a representação coletiva do grupo, o que o grupo pensa de si próprio e sobre as questões políticas se tornavam palpáveis. Este espaço configurou-se como um meio de aprendizagem política; lá, muitas vezes estudantes recém-ingressos na universidade tomavam contato com uma nova realidade e uma possibilidade de militância que muitas vezes desconheciam. As posturas, os discursos, a forma de organização das reuniões e as hierarquias, enfim, a política e o movimento estudantil eram aprendidos naquele espaço. A respeito do aprendizado de um estilo de política, ou “inculcação de uma linha”, Camurça argumenta que:

Por isto as “falações”, em cima do “informe”, no geral, são no sentido de concordar com ele, repetindo-o literalmente com as próprias palavras. Este processo de “auto-repetir” o “informe” tanto funcionava como uma “pedagogia” de **assimilação** do seu conteúdo, quanto era um exercício para o militante aprender a argumentar em defesa das posições partidárias frente

²⁷ As discussões mostravam uma série de ações e maneiras de pensar e agir compartilhadas pelo grupo. A linguagem, permeada de jargões próprios do movimento estudantil, eram diferenciadas entre os grupos, uma diferença sutil, mas nem por isso menos significativa. As críticas entre os grupos mostravam uma consonância entre as identidades em jogo. Isso se mostrou relevante quando percebi o discurso extremamente alinhado entre os grupos, cujas ideias vêm sendo discutidas ao longo desse texto.

aos adversários. Nas reuniões externas, assembleias, o militante do “oitto” deveria sempre fazer uso da palavra, e o espaço interno das reuniões com suas “rodadas” serviam também para aprimorar uma intervenção unificada do “oitto”. [...] Por outro lado, a “pedagogia das rodadas” também foi responsável pela formação da fala articulada de muitos militantes (CAMURÇA, 1994, p. 201).

Os grupos estudantis que se organizavam e se reconheciam como pertencentes às tendências DS e *O Trabalho* convergiram para a formação de uma chapa única neste processo eleitoral para o DCE na UFJF. Porém, articulando-se em encontros separados, que precederam à reunião unificada. Estas reuniões separadas aconteciam em virtude das diferenças assumidas²⁸ por estes dois grupos, que construíaam seus posicionamentos internamente para posteriormente, com suas estratégias definidas, estabelecerem tentativas de conciliação destes interesses divergentes²⁹. Os grupos dividiram a organização da chapa em ‘pastas’³⁰, ou seja, diretorias onde estudantes designados para estes lugares fossem os responsáveis por gerir as questões e depois levá-las ao restante do grupo. Esta divisão pôde nos mostrar um evento muito relevante sobre a postura ideológica destes grupos, e a importância dada a determinados assuntos em detrimento de outros. Os estudantes da *Kizomba* e simpatizantes traziam em grande consideração as discussões a respeito dos Movimentos Sociais, e isto ficou claro tanto com o acompanhamento das reuniões quanto com as conversas com os estudantes. Conforme relato de uma estudante, pertencente à *Kizomba*, esta discussão seria secundária entre os alunos do outro grupo, uma vez que teriam como prioridade as discussões sobre a questão de “classe social”³¹.

As reuniões separadas destes grupos apresentavam estas divergências. No entanto, foi percebida uma característica semelhante, que era uma hierarquização dos atores participantes de acordo com a criação daquilo que no jargão do movimento estudantil (e da

²⁸ E essa diferenciação não era apenas demonstrada nos discursos reiterados. As posturas e concepções políticas, tomando, por exemplo, as concepções da militância feminina, que é o objeto dessa análise, demonstraram construções de identidades diferenciadas. Retornaremos a esse ponto adiante.

²⁹ Mas na verdade o que estava em jogo era uma disputa interna e silenciosa, sobre a qual todos aparentemente conheciam, mas não se mencionava diretamente.

³⁰ É assim que os estudantes desse grupo dividiram os diferentes espaços para os quais atribuiriam pessoas específicas, as coordenações. Além destas coordenações, haviam as coordenações gerais, ocupadas por um militante do OT e uma militante da *Kizomba*.

³¹ Esse é um evento muito importante, pois nos mostra, novamente, as representações partidárias nos movimentos. Isso significa apontar para duas representações ideológicas distintas – enquanto o aparato discursivo de um dos grupos centra-se nas lutas minoritárias, o outro grupo, por sua vez, sustenta a primazia das relações de classe sobre as demais. Nesse sentido, as discussões feministas nesse segundo grupo não adquirem a relevância que têm entre as militantes do primeiro. Pode-se ainda acrescentar uma outra interpretação, que diz igualmente diz respeito às representações, neste caso além da imagem que se constrói do próprio grupo, estabelece-se uma representação simbólica dos grupos em questão, que reforça a própria identidade de cada um, em oposição ao outro, na dinâmica do campo.

esquerda em geral) se denomina “vanguarda³²”. Vanguarda designa um grupo de pessoas que se coloca à frente das demais, que possuem uma posição de destaque, as lideranças, em suma. Em oposição à noção de vanguarda, está a ideia de “base”: todo o restante dos estudantes, liderados ou organizados por esta vanguarda. Nas reuniões isto pareceu bem evidente: a despeito da horizontalidade proferida nas discussões dos grupos, existiam aqueles que estavam prontos para organizar as discussões, e para encaminhá-las dentro de uma posição política assumida.

No grupo do *PSTU*, a noção de horizontalidade permeava o discurso dos estudantes. Tal como foi relatado por uma militante deste grupo, uma das características da chapa que então se formava era justamente a horizontalidade, ou seja, sem cargos hierárquicos, sem direção geral, sem direções setorializadas³³. A mesma militante lembrou que tal forma de organização segue os preceitos da orientação do partido político, que possui, segundo ela, esta mesma forma em sua organização.

Estas observações, tocantes às formas de organização dos grupos, nos mostraram uma influência de uma ideologia política não apenas nos discursos sobre a universidade, sobre os problemas que os estudantes enfrentam, mas uma influência inclusive na estrutura de organização de seus grupos e na construção discursiva a respeito de si mesmos; ou seja, são elementos constitutivos de uma identidade.

3.1.2 Composição das chapas

A chapa “Não vou me adaptar” foi composta por estudantes que se apresentam como oposição aos demais grupos da universidade. São militantes e simpatizantes do *PSTU*, ou pessoas que se identificam com as bandeiras levantadas por estes estudantes, e pelos problemas por eles apontados.

³² Segundo Reis “Desde o *Manifesto comunista* surgiria uma ideia central para a concepção marxista-leninista de organização revolucionária: a revolução não era mais objeto de um desejo, de uma aspiração, mas objeto de um estudo científico, de uma previsão. Os comunistas assumirão uma postura singular – de vanguarda – justamente porque dominava a teoria capa de esclarecer a marcha do processo revolucionário em sua objetividade” (1989, p. 113).

³³ A ideia que os estudantes me contavam e reiteradamente expressavam durante as reuniões é que não pretendiam organizar uma chapa em que houvesse expressões de poder, de hierarquia. No entanto, foi observado que, embora de uma forma não explícita, havia uma hierarquia na qual os mais antigos no movimento e os pertencentes ao partido se sobressaíam. As militantes mais antigas exerciam um papel fundamental no grupo.

O nome da chapa “Não vou me adaptar”³⁴ pode ser um interessante artifício de linguagem que pode implicar tanto na representação que os estudantes têm de si próprios, ou seja, nesse caso, um grupo de pessoas que não pretendem se adaptar à ordem vigente, ou mesmo, pode querer dizer sobre a forma como pretendem ser encarados. Faz sentido se tomarmos as últimas reuniões, onde esta pauta estava colocada; era percebido no cuidado que tomavam para escolherem um nome que identificasse com as representações que construíram acerca do grupo.

Os estudantes se reuniam na universidade nas salas do Instituto de Ciências Humanas, instituto de origem de boa parte dos estudantes. A chapa era composta por 84 estudantes, entre eles 55 homens e 29 mulheres. Em sua organização, foi dividida entre coordenações locais, que abrangiam os institutos da universidade. Seriam estas as coordenações locais: Coordenação de Exatas e Arquitetura, Coordenação de Letras e Instituto de Ciências Humanas, Coordenação de Biológicas e Coordenação do Instituto de Artes e Design. As coordenações seriam compostas não por coordenadores gerais, mas por estudantes pertencentes a cada instituto. Esse tipo de organização era percebida pelos militantes como horizontal e descentralizada, e para eles essa postura significava uma maior presença do DCE nos institutos³⁵.

Os estudantes desta chapa pertenciam aos seguintes cursos: Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Arquitetura, Artes, Educação Física, Pedagogia, Direito, Comunicação Social, Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Química, Estatística, Física, Economia, Administração, Medicina, Psicologia, História, Letras, Turismo, Ciências Sociais, Geografia e Filosofia.

A chapa “Um novo enredo” foi o resultado da unificação dos grupos *Kizomba* e *O Trabalho*. A organização da chapa se deu da seguinte maneira: uma coordenação geral,

³⁴ Uma nota introdutória na carta que apresentava as propostas da chapa apresenta o nome da mesma de forma a ilustrar o processo de identificação simbólica com as ideias do grupo. “Quando lemos jornais ou ligamos a TV, ouvimos as notícias de redução de postos de trabalho, demissões de trabalhadores, segunda greve geral na França só em 2009... Pois é, não temos dúvidas: este ano não será um ano de calma! Ao contrário, será um ano de aprofundamento da crise econômica, com a queda do nível de vida das pessoas, mas também tem tudo para ser um ano de muitas mobilizações. [...] Muitos estudantes podem até pensar que não serão atingidos pela crise econômica. Mas, em tempos de crise, os governos retiram verbas da educação, saúde e da assistência social. Só até agora, Lula deu para empresas e bancos, um montante de 400 bilhões de reais, enquanto estas mesmas empresas seguem demitindo seus funcionários para não reduzir seus lucros. [...] Se a realidade hoje nos impõe cortes de verba da educação, falta de salas de aula, de professores, de bolsas e de assistência estudantil. Se nos dizem que nosso único papel aqui dentro da universidade é estudar, sem ação e reflexão. Se nos dizem que não temos nada a ver com os milhões de trabalhadores que perderam seus empregos e que não devemos questionar as ações da reitoria, da prefeitura, dos governos estadual e federal... Nós respondemos em alto e bom som: NÃO VOU ME ADAPTAR!” (Carta programa chapa Não vou me adaptar; 2009).

³⁵ Essa representação de horizontalidade era uma constante nos discursos desses estudantes, que viam com maus olhos qualquer tentativa de organização vertical e burocratizada do movimento.

composta por dois coordenadores, uma militante da *Kizomba*, e um militante do OT; coordenações regionais, que abrangem os institutos: Instituto de Ciências Exatas (ICE), Engenharia, Instituto de Artes e Design (IAD); Instituto de Ciências Humanas (ICH), Faculdade de Letras (FALE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB); Estudos Sociais; Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Faculdade de Educação Física (Faefid). Compõem também a organização da chapa a secretaria geral e a tesouraria. Além destas divisões, existe outra, temática; são as coordenações de comunicação, cultura e esporte, assistência estudantil, movimento estudantil, movimentos sociais e assuntos acadêmicos.

Estas pastas são compostas por coordenadores e o pleno, o grupo de estudantes que constituiriam a base de cada coordenação, e onde as discussões iniciais sobre a temática da coordenação passaria. A divisão das pastas durante as reuniões foi feita da seguinte maneira: sendo seis as pastas, três estariam coordenadas por cada um dos grupos, que, durante suas reuniões particulares, definiram suas prioridades. Não implica dizer, nesta afirmação, que a base de cada coordenação seria composta apenas por um grupo, mas sim que as lideranças de cada coordenação seriam escolhidas pelos grupos que tivessem tais pastas como prioritárias. Desta forma, as coordenações de comunicação, de cultura e esporte e assistência estudantil ficaram sob a responsabilidade do grupo de estudantes ligado ao *O Trabalho*, enquanto que as coordenações de movimento estudantil, movimentos sociais e assuntos acadêmicos foram competiram ao grupo ligado à *Kizomba*.

Tal como anteriormente aludido, as tendências políticas correspondem à orientação política de boa parte dos estudantes. Grande parte deles são partidários, e muitas vezes seu posicionamento no interior do movimento estudantil está vinculada a orientações do partido político; no caso dos dois grupos que compõem esta chapa, esta questão se torna compreensível, como veremos, quando nos referimos ao tratamento e à prioridade que dão a certas questões.

Existe uma perspectiva que permeia os estudantes que se vinculam ou simpatizam pelo *O Trabalho*: a predominância do discurso de classe sobre os demais. Neste sentido, as questões referentes a minorias sociais seriam secundárias em suas discussões, uma vez que, resolvidas as tensões dos problemas de classe, uma consequência seria a resolução destes problemas. Note-se que durante as escolhas de pastas em sua organização, os alunos não se preocuparam em tomar como prioritárias as pastas de movimentos sociais e de movimento estudantil.

A análise da formação das chapas pelos grupos observados apontou para uma diferença das tendências evidenciada pela fala das e dos militantes, levando à percepção de

que o discurso e a construção da identidade política no movimento estudantil se baseiam também na oposição política e na tensão constituída entre os grupos. Esta tendência de delinear as questões mais pertinentes aos grupos serve também como parâmetro de identificação: os militantes integrados com os discursos de seu grupo corroboram, obviamente, com algumas de suas questões mais centrais – havendo, claro, sempre algumas discordâncias. No interior desta chapa, por exemplo, o fato de um grupo não ter uma prioridade sobre movimentos sociais não quer dizer que não veja importância sobre estas discussões; quer dizer, por outro lado, que o outro grupo assume uma prioridade maior nestas discussões, e nesta negociação política, abre-se mão de um ponto às vezes secundário, para ganhar outro que por sua vez pode ser mais importante em suas considerações.

3.2 As jovens militantes no interior dos grupos

No movimento estudantil, conforme reiterado, a orientação partidária é estruturante. Esta orientação converge para organizar certas concepções-chaves que norteiam as ações e os discursos dos sujeitos envolvidos, mulheres e homens, de tal forma que se não compreendermos esta relação com as orientações partidárias, não conseguimos compreender bem a participação das militantes no movimento.

A organização destas mulheres enquanto portadoras de um discurso feminista tem parte de sua lógica construída a partir da orientação partidária. Mas este fenômeno não é unilateral: tal orientação é histórica e é um provável fruto das tensões em que se encontravam as mulheres nos partidos políticos, e nos processos de construção das pautas em relação aos próprios partidos. Tal questão nos aponta para a existência de uma relação entre a influência partidária, e as relações de gênero na política institucional, e os discursos e as práticas das mulheres no movimento estudantil. Ou seja, há uma tensão constitutiva dessa relação: a forma como as ideologias partidárias estruturam o movimento estudantil, e as concepções de gênero em seu interior, e as relações de gênero no interior dos próprios partidos.

Luana Pinheiro (2007), ao analisar a participação política das mulheres nas instituições políticas formais, argumenta que devemos atentar para o fato de que as mulheres envolvidas na política têm suas ações orientadas também segundo a ideologia do partido ao qual se alinham, e que se orientam segundo as possibilidades apontadas pelo ideário de igualdade.

Esta afirmação nos permitiu refletir acerca das militantes pesquisadas e sua relação com o movimento estudantil, considerando-se que as concepções de gênero e suas representações pelas estudantes estão também relacionadas às suas concepções e representações políticas, não se ignorando sua trajetória política. Tal declaração nos remeteu à proposta de Butler de desconstrução da categoria de gênero como organizador do movimento feminista; isto porque, a categoria tal como é concebida pelas feministas é excludente, uma vez que padroniza os sujeitos por ela representados. Conforme inferimos, a crítica que a autora construiu é pertinente, na medida em que aponta para uma característica política e excludente do uso do conceito de gênero, e que este conceito, através das representações das e dos militantes de organizações políticas, é constituído em relação a vários outros fatores, tornando-se particular a cada uma destas coletividades. Com isto queremos dizer que a desconstrução proposta pela autora permitiu-nos revisar os modelos de femininos na política, sobretudo aqueles que se baseiam na noção de uma identidade feminina abrangente, e argumentar que as noções de gênero transpassam e são transpassadas por outras variáveis da vida social.

Os debates feministas contemporâneos sobre o essencialismo colocam de outra maneira a questão da universalidade da identidade feminina e da opressão masculina. As alegações universalistas são baseadas em um ponto de vista epistemológico comum ou compartilhado, compreendido como consciência articulada, ou como estruturas ostensivamente transculturais da feminilidade, maternidade, sexualidade e/ou da *écriture féminine*. A discussão que abre este capítulo argumenta que esse gesto globalizante gerou um certo número de críticas da parte das mulheres que afirmam ser a categoria das “mulheres” normativa e excludente, invocada enquanto as dimensões não marcadas do privilégio de classe e de raça permanecem intactas. Em outras palavras, a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interações culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro das “mulheres”. (BUTLER, 2003, p. 34-35).

Esse trecho de Butler ilustra nossa argumentação. O que se procura sustentar, no entanto, não é apenas a característica epistemológica da crítica de Butler sobre as teorias feministas que encerram a discussão em termos de uma identidade feminina abrangente. Essa crítica é fundamental, mas é necessário a partir dela perceber que ainda que as jovens militantes (feministas) construam em seu discurso uma imagem de feminino e de opressão masculina, essa representação e as práticas nelas envolvidas são particulares e apresentam-se nas tensões (políticas) entre os diferentes grupos que ocupam. Assim como demonstrado anteriormente pela fala de Pinheiro (2007), o que está em jogo não é apenas a noção de

identidade de gênero, mas a forma como esta se articula com as especificidades de cada grupo e as tensões e embates políticos – ou seja, como as mulheres atuam em um espaço onde não são meras coadjuvantes, mas sujeitos dotados de concepções políticas específicas³⁶.

As militantes do *Kizomba* tem participação ativa nas discussões do grupo. As mulheres do grupo se organizam em um coletivo feminista, o “Maria Maria Mulheres em movimento”³⁷ e promovem debates sobre sua condição de gênero, discutem o machismo e desenvolvem atividades. O discurso das mulheres militantes deste grupo tem uma tônica feminista muito forte, e as militantes procuram aliar teoria e prática, articulando suas propostas às suas ações. No entanto, percebeu-se que as discussões propostas por essas jovens não eram abrangentes ao restante do grupo; ou seja, os debates estimulados e as discussões sobre a condição da mulher nas diversas áreas da sociedade, eram restritos às discussões entre mulheres. Quando o assunto era tocado nas reuniões amplas do grupo, isto era feito apenas como referência.

Nos espaços de debates, formação e deliberação do movimento estudantil percebe-se que há uma hierarquia notória quanto aos eixos de discussão. Geralmente, recebem prioridade nessa escala, temas que envolvem conjuntura, universidade e movimento estudantil. Os assuntos ligados aos eixos cultura e valores não recebem a mesma atenção (SOUSA; BEZERRA; 2006, p. 207).

O Maria Maria não era composto por todas as estudantes que se inscreveram na chapa. Algumas militantes, mais envolvidas e engajadas, e que militavam já bem antes da composição das chapas, estavam envolvidas com tal entidade – embora as reuniões do Maria Maria, relativas ao grupo *Kizomba*, fossem abertas, e muito se discutisse sobre a necessidade de levar os debates dos movimentos sociais aos estudantes. No entanto, tal qual acontece no

³⁶ Este argumento não implica na ausência de fatores constrangedores da atuação feminina no espaço político. Apenas enfatiza a necessidade de compreensão de que “mulheres” também são sujeitos que se relacionam ao campo, procurando dismantlar a imagem de mulher vítima.

³⁷ Maria Maria Mulheres em Movimento é um coletivo feminista formado em agosto de 2006; consiste em um grupo de discussão e atuação sobre questões referentes aos direitos das mulheres. Integrado por militantes do movimento estudantil, e em grande parte composto por aquelas que militam no *Kizomba*. Pode-se considerá-lo sob a mesma perspectiva que Irllys Barreira pesquisou uma candidata à prefeitura de Fortaleza, Maria Luiza, em que a imagem em sua campanha, associada ao nome Maria, constituía uma associação simbólica com o popular. No caso das militantes do Maria Maria, a influência da composição homônima pode ser percebida, e demonstra uma representação da identidade do grupo, ou seja, as características que compõe a Maria da canção, são aquelas que as militantes procuram ressaltar. A seguinte fala de Irllys Barreira faz parte de sua análise da campanha para a prefeitura de Fortaleza, mas pode se estender para as militantes do Maria Maria: “De fato, diferente das outras músicas de campanha, a composição de Milton Nascimento e Fernando Brandt, feita evidentemente com outros propósitos, diferentes da busca de votos, seduzia pela sutileza na construção de metáforas, condensadas em uma espécie de símbolo mestre, expressivo da cor, do suor, do sofrimento que também tinha nome de mulher” (BARREIRA, 1998, p.123)

jogo político propriamente dito, estas militantes mais engajadas também estabeleciam relações de liderança e poder de forma verticalizada; isso quer dizer que elas, uma vez organizadas, também dispunham de uma organização específica, e certas pautas eram discutidas entre apenas alguns membros, que possuíam liderança.

Quanto ao *PSTU* e seus encontros para a formação de chapa, certos assuntos eram privilegiados em relação a outros, que acabavam por serem colocados apenas em termos de propostas para posterior debate. Este foi o caso das propostas de discussão de “coletivos de mulheres”. Lá as discussões centravam-se, sobretudo, em questões relacionadas às críticas feitas às políticas educacionais da Universidade, ao fortalecimento da oposição à UNE e ao atual governo brasileiro, e em outras questões locais como a necessidade de se melhorar a permanência dos estudantes universitários na instituição. Uma observação importante é que, ainda que a colocação sobre a importância de se construir um coletivo de mulheres naquela ocasião tivesse partido de uma militante, isso não implicou necessariamente que elas estivessem tão envolvidas com este assunto³⁸.

Céli Pinto, ao estudar a história do movimento feminista no Brasil, lembrando as dificuldades das feministas nos grupos políticos durante a ditadura militar, argumenta que:

Já com relação ao pouco entusiasmo dos grupos de esquerda, a posição do movimento e mesmo do próprio centro estava longe de ser unitária, até porque não era algo que vinha de fora e chegava até o movimento, mas uma contradição que se constituía no seu interior e que, *grosso modo*, dividia as feministas entre as que identificavam uma problemática própria das mulheres que as unificava e as que viam a possibilidade de a questão das mulheres ser, se não reduzida, pelo menos altamente sobredeterminada pela questão de classe (PINTO, 2003, p. 58).

Nos grupos, *O Trabalho* e *PSTU*, não há prioridade nas questões feministas, enquanto as militantes do *Kizomba* tem uma organização em torno dessa temática. As militantes do *PSTU* trazem as temáticas feministas em suas falas, porém não obtiveram êxito na organização de espaços próprios (coletivos) para estas discussões, e não conseguiram dar destaque a estas questões. As militantes do *O Trabalho*, por sua vez, não se organizam em torno desta temática, tendo em vista que o discurso imperativo entre os militantes deste grupo recaía sobre a lógica da dominação de classe. As questões tais como gênero, se discutidas, o

³⁸ Essas pautas são debatidas entre todos os grupos políticos. Historicamente, percebemos que a preocupação com os assuntos acadêmicos e universitários é uma constante, e foi, ainda no conturbado e mítico ano de 1968, um dos assuntos segundo o qual se orientavam os estudantes no movimento. No entanto, pelas conjunturas da época, esses assuntos parecem ter se tornado secundários em vista à luta contra o regime político. Ver Filho, Daniel A. R., O ano mágico. In: Filho, Daniel A. R., Moraes, Pedro de. A paixão de uma utopia. 1988.

são de forma secundária. Assim, a questão se coloca tal como nos apresenta Céli Pinto, quando se referia sobre a época da ditadura. Aqui, da mesma forma que naquela época, *O Trabalho* não discutia as questões de gênero.

Temos, portanto, um cenário bastante complexo sobre a participação política das mulheres no interior do movimento estudantil, sobre o qual, muitas vezes, podemos fazer considerações errôneas, se não nos atentarmos às minúcias. E esse ponto é particularmente revelador de uma prática militante que, ainda que seja feminista, está muito próxima dos modelos masculinos de participação e organização. Neste sentido, consideramos pertinente a citação abaixo:

Na política, o padrão de socialização da militância ainda é essencialmente masculino. Este padrão é identificado e associado às características historicamente atribuídas aos homens, as quais se mantêm e se reproduzem nos espaços políticos, contribuindo para perpetuar a discriminação e a opressão de gênero, [...]

O modelo masculino de militância política valoriza, assim, atributos de agressividade, competição, a fala em público, a disponibilidade de tempo. São valores que se confrontam com a identidade feminina historicamente construída que embora tenha passado por mudanças significativas na contemporaneidade, ainda se pauta em discursos que atribuem às mulheres um papel primordial na família e na reprodução, onde a educação e a socialização acabam por valorizar o seu confinamento e/ou maior identificação com o espaço privado e com arquétipos vinculados ao afeto, ao cuidado, às relações interpessoais (SOUZA; BEZERRA; 2006, p. 200).

Constata-se, assim, que as militantes se veem frente a uma dificuldade na sua participação política no movimento estudantil, pois o modelo de militância do mesmo incorpora teorias e ações que são norteadas pelos critérios de gênero, onde há ainda há prevalência de uma lógica política masculina.

3.2.1 As discussões de gênero

Nas reuniões do *PSTU*, as militantes, durante os debates, colocavam certas questões sobre a importância da abordagem sobre minorias³⁹ na chapa. Entre as propostas

³⁹ Sua carta programa exemplifica as preocupações dessas militantes: “Precisamos criar dentro da universidade espaços para debater temas como o machismo, racismo, homofobia, falta de acessibilidade para os deficientes físicos... (...) Queremos construir um Núcleo de Consciência Negra na UFJF, que será um centro de ações voltadas para questões referentes ao negro, inserido no contexto do mercado de trabalho, que possibilite ao aluno da UFJF superar as barreiras sócio-econômicas e culturais impostas pelo racismo em nossa sociedade.

sugeridas pelas militantes, estava a criação de um coletivo de mulheres e um de negros. As estudantes são ativas e trazem temáticas feministas e relações de gênero. Uma das militantes relatou que:

Bem, é assim, porque a gente tem uma política de partido (PSTU), que a gente já trouxe com a gente, e o partido tá por trás do DCE, sabe. Sabe por que? Quando eu entrei na universidade, eu já fazia parte do PSTU. Mas acho que nem sempre é assim não, se não fosse essa noção que trazemos, acho que não teríamos espaço, principalmente a gente, as mulheres. Para você ver: mantemos a política de cotas que foi adotada desde a reunião CONCADA⁴⁰, em 2007. Eu sou a favor da política de cotas, pois elas são ações afirmativas e importantes para forçar a entrada de pessoas em lugares que elas não teriam com entrar naturalmente. No nosso caso, há muitas conquistas. Nós temos maior participação no espaço político, tanto na comunidade quanto aqui na universidade (Lúcia).

A partir da análise da fala da militante, pudemos inferir que a mesma relaciona a sua realidade no movimento estudantil com a política do partido do qual faz parte. Tal relação mostra que a sua participação é baseada na tensão entre a perspectiva política e a de gênero que compõe o campo político. Em outros termos, é a partir de sua orientação política que as questões acerca das relações entre mulheres e homens são elaboradas. Percebemos que há uma inter-relação entre a política e a questão do gênero no que é vivenciado pela militante, ou seja, o movimento estudantil assume a perspectiva de pluralidade manifestada na sua própria dinâmica de criação de interesses e ações. Tal perspectiva pode ser inferida a partir da análise da citação abaixo:

Nesta pluralidade existente, o movimento agrega um número infinito de tribos e grupos em seu interior, desde aqueles que se manifestam através de tendências orgânicas – geralmente ligados a um partido político –, até aqueles que expressam interesses temáticos e mais localizados – como o

Juntamente às ações voltadas para o acadêmico, pretendemos estreitar as relações da Universidade com a comunidade, principalmente de bairros circunvizinhos. A ideia é lançar as bases de um centro de assistência social que possa ser semelhante ao NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA (NCN), hoje uma referência contra a discriminação racial e socioeconômica no Brasil.

- Reativação do núcleo de acessibilidade na UFJF!
- Que as reformas e os novos prédios sejam feitos dentro da necessidade das pessoas com deficiência!
- Criação de um coletivo de mulheres na UFJF!
- Creche na universidade para suprir as demandas das trabalhadoras que são mães!
- Atividades que incorporem estas questões, como filmes, palestras...
- Potencialização de cursinhos populares!
- Debates sobre as questões das cotas!”

(Carta Programa da chapa Novo Enredo)

⁴⁰ CONCADA são os Conselhos de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos da universidade, no qual são tomadas as decisões referentes à eleição do DCE, e onde as outras entidades do movimento estudantil são acionadas.

grupo de estudantes negros e as Executivas de Curso, por exemplo (MESQUITA, 2003, p. 120).

As militantes mais influentes e participativas do *Kizomba* são feministas, atuantes, organizam reuniões onde discutem temáticas feministas e eventos onde procuram reiterar a necessidade de dialogar acerca das relações de desigualdade no tratamento de homens e mulheres.

Já no grupo do *O Trabalho*, as militantes aparentemente não se organizam em torno dessa temática, uma vez que elas eram portadoras de um discurso constituído a partir da lógica da dominação de classe. As questões tais como gênero, se discutidas, o são de forma secundária. Os temas de gênero no caso de tais militantes são adequados às regras dominantes adotadas pelo grupo. Neste sentido, convém confrontar esta afirmação com a transcrição a seguir:

Segundo os estudos das relações de gênero e política, a entrada das mulheres no espaço público pode se dar de duas maneiras: ou de maneira subordinada a um padrão que as coloca como intrusas e as adequa às normas dominantes; ou de maneira que rompem com o limite tradicional de seu papel de gênero feminino (DELGADO *apud* SOUSA;BEZERRA, 2006, p. 202).

O confronto entre o discurso da militante e das autoras levou-nos a acreditar que existe, apesar das organizações de mulheres em alguns grupos, uma forma de atuação das militantes que não incorpora o discurso feminista. De um lado, consideramos que as pautas existem, pois mulheres militam e muitas vezes colocam questões feministas – onde for o caso, mas seu poder em jogo está além dessas articulações. Por outro lado, elas estão envolvidas em questões mais amplas, não estão limitadas às bandeiras de gênero e sua prática no movimento estudantil pressupõe engajamento nas questões de política nacional, sobretudo. As ações destas militantes estão relacionadas às bandeiras partidárias às quais se articulam. Portanto, pressupõe-se que não existem motivos para acreditarmos que a militância feminina estaria necessariamente atrelada às demandas comumente associadas à noção de um feminino, ou que estas militantes seriam representantes legítimas das outras universitárias que não estão ligadas ao movimento estudantil. Neste sentido, Mesquita afirma que:

Analisar o movimento estudantil é antes de tudo, analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. Poderíamos afirmar que este não se limita a suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria

dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes. Assim, acreditamos que não exista um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter cruzam (2003, p. 120).

Uma das militantes do *Kizomba*, que fazia parte das reuniões do *Maria Maria*, afirmou que:

A gente quer o “aparelho”, porque lá é mais fácil de apresentar nossas propostas e difundir nosso trabalho, mas a gente tem que lutar pra pelo menos manter nossas ideias. A gente precisa ter um espaço maior para falar sobre as nossas questões, os nossos problemas junto com os homens, porque quando estamos juntos, reunidos, os nossos problemas, as nossas necessidades são apenas colocadas para o grupo. E sempre depois dos temas que eles consideram mais importantes. Eles não nos dão a devida atenção, quando falamos sobre o machismo na universidade. Eles acham que isso não existe (Teresa).

O contexto dessa afirmação nos alude à uma outra preocupação que parece ser muito comum no movimento estudantil: a necessidade da entidade como a forma mais concreta de se conseguir uma mobilização no interior dos movimentos políticos. Parece ser também interessante aos partidos políticos que seus militantes sejam integrantes do movimento estudantil em geral, uma vez o movimento estudantil é considerado movimento de base, capaz de mobilizar uma parcela dos estudantes e ter uma relação privilegiada com os órgãos internos da Universidade.

Ainda com base na fala da militante acima, pudemos inferir que ela supostamente tem consciência da hierarquização dos temas na organização de uma reunião do movimento estudantil. Tal inferência pode ser justificada a partir do que é transcrito abaixo:

A questão da hierarquização dos temas também é recorrente nas análises feministas acerca da reprodução de uma divisão sexual do trabalho na esfera política ou da cisão público e privado, onde se tem o privilégio dos chamados temas gerais em detrimento das denominadas questões específicas das mulheres ou de outros segmentos em desvantagem (SOUSA; BEZERRA, 2006, p. 208).

A análise da composição das chapas, em um primeiro instante, levou-nos a uma visualização dos seus componentes na sua relação entre curso e gênero em termos do acesso à Universidade. Temos uma maioria formada por homens, presentes em praticamente todos os cursos, e uma parcela feminina, que se divide entre os cursos, mas estão concentradas,

sobretudo, nos cursos considerados “femininos”, ou seja, aqueles cujas carreiras evocam sentidos identificados com o feminino na nossa sociedade, atraindo pessoas (homens ou mulheres) que se identificam e expressam tais atributos, como por exemplo, os cursos de Serviço Social e Enfermagem. Uma das militantes do *PSTU* considera que

Realmente, a gente tem uma gestão em que as mulheres participam, mas essa já é uma orientação que a gente traz do partido. Se você for olhar os DA's e CA's você vai ver que não é assim, tipo, um curso como o Serviço Social tem mais mulher, tem um seis homens, sei lá, e todos já passaram pelo DA (Lúcia).

Considera-se que tais cursos apresentam valores que se relacionam com uma identidade feminina historicamente construída, onde são atribuídos papéis às mulheres, conforme é relatado abaixo:

A entrada das mulheres na esfera pública, segundo as analistas de gênero é marcada por uma identidade que se baseia no cuidado e nas relações afetivo-sociais, ambas desvalorizadas social e politicamente, pois são consideradas funções complementares ao trabalho dos homens, *o que aprofunda uma divisão sexual do trabalho que determina as formas com que as mulheres se inserem no espaço público, privando-as das condições de exercer, em igualdade de condições com os homens, a participação social e política* (Grifo das autoras) (Godinho: 1991, p. 37 *apud* SOUSA; BEZERRA, 2006, p. 200).

Se por um lado, as questões colocadas durante as discussões, referente às opressões existentes na sociedade, inclusive o machismo, são abraçadas pelos estudantes de maneira geral, por outro, a composição das chapas numericamente parece coincidir com certa tradição da proporcionalidade de gênero por curso e da expressão dos papéis ou atributos de gênero por curso⁴¹.

⁴¹ Citamos como exemplo a chapa “Não vou me adaptar” é composta por estudantes que pertencem aos seguintes cursos: Engenharia Elétrica, representada apenas por rapazes; Engenharia Civil, igualmente representada apenas por rapazes; Engenharia de Produção, cujo único representante também é um rapaz. Arquitetura, que por sua vez é representada majoritariamente por moças, tendo apenas um rapaz entre seus estudantes; Artes, representada por dois rapazes e uma moça; Educação Física, tem a mesma composição que Artes; Pedagogia, três moças e um rapaz; além disso, Direito, composto por duas moças e três rapazes; Comunicação Social, duas moças e dois rapazes; uma moça representando o Serviço Social; uma representando a Enfermagem; uma representando o curso de Nutrição, assim como Química e Estatística sendo representados por uma moça cada; Física, representada por um rapaz; Economia, representada por uma moça e três rapazes; Administração, uma moça e um rapaz, assim como a Medicina; o curso de Psicologia, representado por duas moças e quatro rapazes;

Para tornar mais claro esse ponto, também é importante considerarmos as pautas das reuniões, que se organizavam em temas mais amplos, como questões de conjuntura política e economia nacional, e em temas mais localizados na realidade cotidiana dos estudantes. A expressão máxima dos discursos mais generalistas se baseava nas críticas à política do atual governo e seus antecessores, numa atitude claramente oposicionista. Afinal, os estudantes do *PSTU*, tanto filiados e simpatizantes declarados quanto aqueles que não o são, faziam críticas às políticas do governo, sejam elas econômicas ou educacionais. Este tipo de crítica, sobretudo sobre as ações educacionais.

Existe um consenso nesse grupo quanto à necessidade de se relacionar as questões mais abrangentes com o contexto específico da Universidade, porque segundo os alunos, as questões externas influenciam marcadamente as decisões e os rumos da universidade. E entre essas questões que afetam diretamente os estudantes, porém não apenas do ponto de vista político, estão aquilo que denominam “opressões” (nomeação dada por eles a uma das pautas abordadas durante as reuniões).

A questão das minorias sociais nem sempre foi claramente enfocada, mas estava presente nos discursos paralelos, e tem legitimidade entre os estudantes. Embora no passado grupos de tendência marxista relegavam as questões de gênero a um segundo plano, uma vez que os problemas de classe seriam mais imediatos, esse grupo, de viés abertamente marxista, tende a não minimizar as questões de minorias sociais. Pelo contrário, as opressões sociais tendem a fazer parte das representações dos atores envolvidos no grupo, ainda que corroborassem com a ideia de que apenas mudanças estruturais advindas de lutas sociais entre grupos dominantes e oprimidos poderiam trazer significativas melhorias à sociedade. Uma segunda militante do *Kizomba*, pertencente ao Maria Maria afirmou que:

Na Kizomba, os universitários tem como referência o PT. Pra gente não tem socialismo se não houver feminismo. Tem combate ao racismo, homofobia. Isso é tão fundamental como a luta de classes. Se você for parar para pensar, a Universidade é um micro-Estado da sociedade. Ela reproduz toda a lógica da sociedade: capitalista, opressora, individual. Nela tem uma inversão, quem estuda em escola pública a vida inteira tem quer ir pra uma privada e que estuda em colégio particular, vai pra pública. Acaba que a Universidade reproduz toda essa lógica que a gente quer combater na sociedade. O papel do Movimento Estudantil é de movimento social. É a mesma coisa do MST, Movimento das Mulheres. Ai quando você coloca o Movimento Estudantil

História, três rapazes e uma moça; Letras, um rapaz e uma moça; o curso de Turismo, representado por dois rapazes e uma moça, o curso de Ciências Sociais, por sua vez, representado apenas por uma moça e sete rapazes; Geografia, cinco rapazes, e Filosofia, seis.

como um meio de combater essas desigualdades, aí você entende porque é fundamental debater o Feminismo e as outras questões (Marta).

A fala dessa estudante ilustra dois aspectos importantes de nossa discussão: a representação de algumas das militantes acerca da necessidade de inclusão dos debates sobre a ausência de igualdade de oportunidade entre as estudantes e os estudantes e da universidade como uma entidade reprodutora de desigualdades, e a contraposição desta discussão à ideia que permeia outros grupos de estudantes, acerca da primazia da condição de classe sobre as demais. Esta fala revela uma angústia comum às militantes feministas.

A forte relação entre desempenho escolar e origem social, amplamente estudada quando nos referimos à educação básica, exige, hoje, um estudo voltado para o ensino superior. A universidade ainda é, por excelência e definição, uma das principais instituições que mantêm e legitimam os privilégios sociais. A par da discussão da adoção de ações afirmativas instaura-se a questão de se a democratização do acesso ao ensino superior realmente favorece a ascensão social das camadas desfavorecidas. Questiona-se também se a universidade seria uma instituição formativa que reproduz e legitima o *status quo*, confirmando as desigualdades de gênero⁴² existentes na sociedade. Com base em sua pesquisa sobre o movimento estudantil e os partidos políticos, Mesquita afirma que:

Todos os nossos entrevistados enfatizam a existência de uma forte relação do movimento estudantil com os partidos – em sua maioria de esquerda e que têm sua presença expressa na configuração de diversas tendências que imprimem seu ideário, suas estratégias, sua visão de mundo, sua proposta global de sociedade. Estas, com suas reais diferenças entre si representam para muitos estudantes (e militantes), o conflito manifesto no cotidiano estudantil, e são consideradas como um dos principais fatores que contribuem para o alargamento da distância entre estudantes/entidades (2003, p. 125).

Essa visão aproxima-nos de uma representação comum também entre estas e outros militantes que é a ausência de uma relação mais profícua entre os militantes e os demais estudantes universitários. É uma queixa comum, escutada nos corredores, entre aqueles estudantes que não sabem o que o movimento estudantil faz, e nas reuniões, entre aqueles que afirmam uma necessidade de alargamento das relações entre estudantes e os militantes do movimento estudantil. A fala de um estudante que se encontrava numa das

⁴² Enfatizamos que apenas algumas militantes são feministas e que outras militantes de outros grupos muitas vezes corroboram com o discurso da primazia das classes sociais sobre os demais aspectos, uma vez que elas possuem outras perspectivas ideológicas e teóricas.

reuniões do grupo *O Trabalho*, sem, no entanto, pertencer ao mesmo, pode acrescentar um ponto relevante ao estudo:

Não faço parte de nenhum dos grupos, eu estou apenas conhecendo como são feitas as reuniões, para saber um pouco sobre o movimento estudantil. Confesso que nunca tive interesse nas coisas que acontecem aqui. A gente precisa de ter maior politização. A minha irmã que faz odonto nem sabe o que o DCE faz direito, mas acha que tem muita luta contra algumas coisas, que não se centra na realidade do estudante da universidade. Acho que tanto eu quanto a minha irmã estamos certos: ela porque o DCE realmente tem fugido da realidade cotidiana, eu, porque tem que ter sim um discurso político, tem que aliar as demandas locais com as bandeiras nacionais (José).

A falta de participação dos estudantes muitas vezes acontece porque o movimento estudantil não cria oportunidades de participação discente, levando o alunado, nas suas aspirações, a construir uma ligação com o mesmo, pois em muitos casos grande parte dos estudantes desconhecem os objetivos de tal movimento. Neste sentido:

A falta de um elo identitário que sirva de mediação entre o ideário do movimento estudantil e as aspirações estudantis (considerando as especificidades) deveria ser motivo de reflexão dos militantes, visto que, atualmente, poucos são os estudantes que se identificam com o movimento. Essa questão se torna pertinente, na medida em que a existência de uma comunicação mínima entre os estudantes e suas entidades se faz necessária para que o movimento estudantil seja, de fato, representativo (MESQUITA, 2003, p. 123).

Quanto à participação nos debates, nas discussões, percebeu-se que embora em desvantagem numérica das moças, estas estavam ativas e em grande parte das reuniões se posicionavam firmemente em suas questões: o poder de voz delas naquele espaço era igual ao dos rapazes; no entanto, é importante ressaltar que não todas, mas, sobretudo, as mais antigas e engajadas no movimento. A fala de uma das militantes do *Kizomba* indica que a afirmativa procede, pois ela é uma das mais antigas e engajadas no movimento estudantil, conforme se pôde perceber:

A maioria da base são homens. Mas, por exemplo, na Enfermagem, um curso basicamente constituído de mulheres, quem vai nas discussões são os homens. Ai você olha a Engenharia, não é uma mulher que vai, também é um menino. Fisioterapia era homem, Pedagogia era homem. Então, você vê que a participação das mulheres no Movimento Estudantil é base, porque elas não tem abertura para serem lideranças e isso no CA e DA, imagina no

DCE. Antes de implementar a política de cotas, não inscrevia mulher pra coordenação. Ai quando você começa a colocar isso em debate muito forte dentro do Movimento, você começa a ver uma representação. Por exemplo, a linha política do grupo não é formar mulheres para serem lideranças. Um homem quando vai falar e olha que ele tem que estudar, as coisas para ele são mais fáceis, muito pela criação dele, ele tem muito mais força. Se ele errar, ta apenas começando. A mulher não! Ela tem toda a opressão, a criação por privado. Ai quando ela erra, debocham, vira motivo de chacota. Então aquela coisa de a mulher não pode errar, porque quando erra, ela é ruim. Então quando você se dispõe a um cargo de direção, é difícil, até porque não são todos os homens que aceitam. Quando eu falava alguma coisa, questionavam e, vinha um menino falando a mesma coisa e eles concordavam. Como assim? Você pega a ata, e olha o que eu estou propondo e o que ele está propondo. O que vai ser aprovado, não é a proposta dele, é a minha. Então eu tive muito mais dificuldade de me colocar. Essa postura de me impor, ganhando meu status, tornando-me referência para outras pessoas é resultado da organização das mulheres. Então se você não militar, você não vai ter igualdade mesmo (Marta).

Inferimos que a militante percebe o movimento estudantil como ambiente mais receptivo aos homens, mas que com seu esforço, pôde superar suas dificuldades iniciais, obtendo, agora, sucesso na sua militância. Desta forma:

Embora contando com uma presença cada vez mais significativa de mulheres em seu interior, o ME ainda se constitui como ambiente natural dos homens e “estranho” às mulheres. Há critérios de socialização, credenciamento e reconhecimento dos (as) militantes, fundados em um modelo de militância ainda hegemônico, que, quando analisado sob o ponto de vista de gênero, permite enxergar diferenças e desigualdades nas vivências de homens e mulheres.

O exercício da política no movimento estudantil parece que naturaliza a hegemonia da figura masculina naquele espaço de poder, mostrando a debilidade da democracia interna. Isto restringe ou, até mesmo, exclui setores específicos de uma forma constante, neste caso, pelo critério de gênero. Mesmo o quadro de mulheres superior ao de homens na base do movimento, há limites quanto ao acesso às direções. A direção do ME ainda é um espaço masculino (SOUSA; BEZERRA; 2006, p. 202).

Mesmo com o movimento estudantil tendo uma direção masculina, a participação feminina pode ser considerada razoável. Como fato ilustrativo, tomemos certa reunião, cuja pauta em discussão tratava de um congresso⁴³ estudantil organizado por vários DCE's de

⁴³ O Congresso Nacional dos Estudantes era uma proposta dos grupos de estudantes e DCE's ligados a partidos de esquerda, como o PSTU, e entidades independentes de partidos que não se sentiam representados pela UNE. Era visto como um encontro no qual tais entidades pudessem discutir acerca de uma alternativa de representação que considerassem mais justas e próximas dos estudantes.

diversas universidades brasileiras. Segundo os militantes, nesse congresso, seria deliberado um calendário unificado de lutas, e esse congresso tem uma oposição muito clara em relação à União Nacional dos Estudantes – entidade nacional que tem legitimidade perante os outros grupos, mas não perante esse. Esse encontro seria uma articulação das entidades locais, os DCE's que não se referendam na UNE, e seria um espaço onde os estudantes deliberariam sobre os posicionamentos políticos diante das conjunturas políticas e econômicas atuais, e colocariam em pauta também questões próprias ao movimento estudantil.

O Congresso foi abordado durante várias reuniões, porque uma das preocupações dos estudantes consistia em decidir se tal pauta entraria no programa da chapa ou entraria posteriormente, com um diálogo mais aberto aos demais estudantes. Durante o período eleitoral, inclusive, chegou-se a fazer uma propaganda de tal evento, à parte da campanha da chapa, mas o que é importante a ser considerado que em momento nenhum tal possibilidade chegou a ser consenso entre os alunos. O evento em certa medida estaria ligado, se não diretamente, às orientações políticas partidárias; uma das preocupações, no entanto, estava sempre em reforçar a característica independente do Congresso. A falta de consenso estava clara, mas dizia respeito não à construção do Congresso em si, mas quando ele deveria ser realizado. E durante essas discussões, ficou evidente que o dissenso se estabeleceu entre pessoas que acreditavam que antes de se construir tal Congresso, era necessário articular primeiro os estudantes, de forma a incluir aqueles estudantes de base – estudantes que não estão nas lideranças – a chamada vanguarda – do movimento estudantil. Para alguns seria um imposição, uma vez que o grupo ainda estaria em fase de organização, seria necessário reestruturar, segundo eles, o movimento estudantil. Para outros, era importante já articular o processo de organização do evento, uma vez que as conjunturas políticas vindouras seriam desfavoráveis e se fazia necessário tomar uma posição coletiva diante dela. Entre os defensores do Congresso, estavam duas mulheres, militantes também do *PSTU*. Em geral, os militantes deste partido apoiavam a ideia do Congresso, e aqueles que simpatizavam apenas, olhavam com ressalvas.

A gente precisa de construir esse congresso, porque a UNE não representa os estudantes e é financiada pelo governo e por isto não é independente. Nós temos que nos unir e construir uma entidade que seja representativa dos estudantes. Eu acho necessário a construção e o debate sobre esse congresso com os outros DCE's, porque acho que esse pode ser um meio de representar os estudantes (Lourdes).

A análise da fala da militante nos leva a duas considerações: ela, assim como os demais estudantes partidarizados, contava com a realização do Congresso como forma de reestruturar o movimento estudantil nacionalmente; os demais atentavam para o fato de que se fazia necessário começar a reestruturá-lo localmente. Elas, assim como todos os homens, defendiam veementemente a realização do Congresso, e não se deixavam diminuir ou abater durante as decisões. Percebeu-se que, ainda que não tenha sido levada a cabo a discussão, por conta da não eleição da chapa, que elas eram figuras importantes naquele espaço de discussão: pois nesse tipo de questão, apenas os mais antigos e mais comprometidos com o movimento se envolveram.

Em relação às pautas, faz-se necessário acrescentar outras observações. As pautas, enquanto temas a serem discutidos de forma ordenada, foram sendo lembradas aleatoriamente pelos estudantes durante as reuniões. Com certa ordenação inicial, com a delimitação de temas, tais quais, o movimento estudantil, atividades de cultura e lazer, que deveriam ser estimuladas pelo DCE, a comunicação entre DCE e demais estudantes, e um tema abrangente, porém bastante relacionado com a perspectiva política deles, a saber, opressões.

Quanto à participação de uma militante do Kizomba nas reuniões, ela relata que:

Quando eu entrei pra Kizomba, foi meu primeiro status, foi de mulheres. Lá em Brasília, teve uma plenária da Kizomba Lilás e teve uma roda. Foi muito legal. E teve uma batucada de um ato que teve lá no Banco Central, o “Fora Meirelles”, teve a batucada da marcha. A gente foi e ficamos conhecendo a Márcia e ela era do núcleo do Maria-Maria. Ai eu peguei e fui na reunião lá na Facom, que foi uma reunião mais organizativa e me ajudavam, me explicavam as coisas. Ai parou um pouco, o Maria-Maria deu um tempo, mas me passaram muitas coisa para ler. Ai eu comecei. Ai teve um Congresso, que foi quando a Gabriela assumiu a diretoria de mulheres. A diretoria que a Gabriela assumiu, foi a campanha da legalização do aborto e teve uma atividade. A comecei a me interessar. Eu comecei a ir muito com a Gabriela. Eu participava tanto da Kizomba, Maria-Maria, e, por mais que fossem coisas separadas, para mim, caminhou junto. Ai comecei a militar mais. Foi quando comecei a me interessar mais. Agora participo ainda mais, gosto de falar, de dar minha opinião. Antigamente tinha um pouco de vergonha de falar o que penso. Acho que tinha medo de dizer algo errado Ficava imaginando o que diriam de mim. Agora, não. Superei meus medos de falar. Quando a gente faz parte a gente não tem vergonha (Marta).

A fala da militante indica que ela se sente pertencente ao grupo, o que faz com que supere o medo de se dirigir ao outro. Neste sentido, a fala em público pode ser considerada um grande empecilho para que a mulher na política. Sousa e Bezerra afirmam que:

A fala em público é uma das principais dificuldades enfrentadas pelas militantes no ME da UECE. Além da disponibilidade de tempo e de uma divisão sexual do trabalho no campo político, pode-se depreender que o discurso é um elemento valorizado, pois credencia a atuação da militância e a escolha daqueles (as) que estarão à frente do movimento. As mulheres saem prejudicadas, às vezes, pela “ilegitimidade” de sua fala e da sua presença, quando se reflete sobre o modelo de militância baseado em valores e critérios masculinos, que entram em choque com a histórica socialização feminina (2006, p. 209).

Não podemos deixar de considerar algumas situações que de alguma forma poderiam nos levar a pensar o contrário. Dois pontos da discussão foram propostos por militantes presentes nas reuniões, sendo eles a questão da casa de parto⁴⁴ e a possibilidade da constituição de núcleos sobre a consciência negra e grupo de mulheres⁴⁵. Tal debate não se limitou a elas, e os rapazes não se furtaram a endossar a necessidade de tais empreitadas; a discussão não ficou restrita a elas, mas a iniciativa de trazê-las à tona partiu delas.

Isso nos leva a considerar que se faz parte de uma concepção compartilhada pelos componentes daquele grupo a importância dada a essas questões identitárias. Se todos concordam com a necessidade de se questionar o fechamento da casa de parto, de discutir relações de opressão, ao mesmo tempo, para alguns, talvez essas questões não sejam vistas como prioritárias. Ou que não tenham sido remetidos a elas durante as discussões, de forma não deliberada, pois traziam questões mais urgentes – mas vale frisar que o fechamento da casa de parto, sendo relativamente recente ao processo de construção das chapas, ainda se firmava como questão de grande importância nos discursos dos estudantes – tal como a reforma universitária, com cuja versão discordavam, ou conferiam às mulheres presentes maior legitimidade para a discussão desses assuntos.

Existe uma perspectiva que permeia os estudantes que se vinculam ou simpatizam pelo *O Trabalho*: a predominância do discurso de classe sobre os demais. Nesse sentido, as questões referentes a minorias sociais seriam secundárias em suas discussões, uma vez que, resolvidas as tensões dos problemas de classe, uma consequência seria a resolução desses problemas. Note-se que durante as escolhas de pastas em sua organização, os alunos não se

⁴⁴ A casa de parto era uma instituição da Universidade vinculada à Faculdade de Enfermagem que promovia o parto humanizado. A suspensão das atividades da Casa de parto, em 27 de agosto de 2007, desencadeou uma série de protestos da comunidade acadêmica que recorreu com indignação quanto à decisão da Comissão. O fechamento continua provocando inúmeras discussões no movimento estudantil, pois os estudantes não concordam com o que aconteceu, defendendo sua reabertura.

⁴⁵ Durante as reuniões apareceu a proposta da criação de um grupo de mulheres, mas embora tal questão tenha sido levantada na reunião ficou para ser desenvolvida no futuro, como uma proposta enquanto chapa.

preocuparam em tomar como prioritárias as pastas de movimentos sociais e de movimento estudantil.

Essa diferença das tendências é evidenciada também pela fala das e dos militantes; o discurso e a construção da identidade política no movimento estudantil se baseiam justamente na oposição política ao outro grupo. Citamos aqui a fala de Lúcia para exemplificar a afirmativa:

Realmente, a gente tem uma gestão em que as mulheres participam, mas essa já é uma orientação que a gente traz do partido. Se você for olhar os DA's e CA's você vai ver que não é assim, tipo, um curso como o Serviço Social tem mais mulher, tem um seis homens, sei lá, e todos eles já passaram pelo DA. (...) Mas isso tem muito a ver com a nossa corrente. O Trabalho [uma corrente do PT] não tem isso, eles acham que a diferença que condiciona as pessoas é uma diferença de classe e essas outras diferenças estão submetidas a isso; já a DS [Democracia socialista, outra corrente do PT] tem também uma discussão sobre a mulher, tem o coletivo.

Com base no discurso da militante, percebemos que ela se percebe como o núcleo de um grupo excluído, se identificando com os sujeitos com os quais interage e, ao mesmo tempo se identificando com os outros sujeitos em situação de exclusão. O que foi exposto pode ser percebido a partir do que é dito por Pinto:

A interferência nas relações de poder cotidianas a partir da construção de movimentos sociais deve ser pensada através do processo de identificação/diferenciação entre sujeitos de um mesmo grupo. Em primeiro lugar, deve-se considerar que, ao contrário da relação estabelecida entre grupos excluídos e militantes de partidos políticos, o núcleo inicial de um movimento social é sempre “um de nós”. Os membros de partidos políticos, principalmente aqueles que detêm mandatos legislativos ou executivos, estabelecem uma relação imediata de diferenciação com os grupos em situação de exclusão: eles têm poder, eles têm acesso aos canais privilegiados do Estado, eles têm mandato de representação. Ao contrário, o núcleo inicial de um movimento social divide com o “outro” a mesma condição de excluído e devido a este princípio de pertinência é que organiza o movimento reivindicatório. Se esta característica é potencialmente mobilizadora, dela não se pode derivar, entretanto, uma adesão mecânica, na medida em que já traz em si elementos que constroem a diferença (1992, p. 131).

Essa tendência a delinear as questões mais pertinentes aos grupos serve também como parâmetro de identificação: os militantes integrados com os discursos de seu grupo corroboram, obviamente, com algumas de suas questões mais centrais – havendo, claro,

sempre algumas discordâncias. No interior desta chapa, por exemplo, o fato de um grupo não ter uma prioridade sobre movimentos sociais não quer dizer que não veja importância sobre essas discussões. Quer dizer, por outro lado, que o outro grupo assume uma prioridade maior em outras discussões, e nessa negociação política, abre-se mão de alguns pontos considerados secundários, para privilegiar aqueles em acordo com suas representações. Dessa forma, havendo precedência de uns assuntos sobre outros, acaba-se menosprezando as questões apontadas pelas militantes e, quando é o caso (por exemplo, no *O Trabalho*) as próprias militantes são sujeitos desse menosprezo. Nesse sentido, concordamos com Mesquita, que afirma que:

Por outro lado, a existência desta pluralidade muitas vezes é ofuscada dada a capacidade de articulação e de estratégias das entidades estudantis clássicas, que imprimem um estilo, um modo de fazer política e militância que não contemplam, ou têm dificuldades de aceitar, novas maneiras de expressão estudantil, ficando estas últimas, muitas vezes marginalizadas (2003, p. 120).

Conforme descrito sobre a organização dessa chapa de composição entre *Kizomba* e *O Trabalho*, a organização interna em divisões setoriais privilegiou estudantes de cada unidade acadêmica; ao contrário, a divisão temática ficou dividida entre as preferências de cada grupo. Fato notável, nesse caso, é o caso de que, apesar do discurso de uma das integrantes do *Kizomba*, sobre a importância de se colocar as mulheres nessas diretorias, é o fato de que ambos os grupos citados, possuindo três coordenações cada, indicaram dois rapazes e uma moça para a direção dessas coordenações, e que, ainda, a direção de comunicação, possui dois diretores, ambos homens. Tal realidade da chapa é coerente ao que é dito na teoria, conforme pudemos perceber na citação abaixo:

O exercício da política no movimento estudantil parece que naturaliza a hegemonia da figura masculina naquele espaço de poder, mostrando a debilidade da democracia interna. Isto restringe ou, até mesmo, exclui setores específicos de uma forma constante, neste caso, pelo critério de gênero. Mesmo o quadro de mulheres superior ao de homens na base do movimento, há limites quanto ao acesso às direções. A direção do ME ainda é um espaço masculino (SOUZA; BEZERRA, 2006, p. 202).

As discussões prévias, antes da união efetiva dos dois grupos, trouxeram questões que consideravam importantes para o futuro do movimento estudantil. Mesclam-se, nas discussões, assuntos de relevância nacional e problemas locais. As questões sobre moradia

universitária estão ligadas às verbas que o movimento estudantil, nesse caso representado pela UNE, pleiteia conseguir do governo, em um nível nacional. Assim, sempre enfatizada essa empreitada nacional dos estudantes, alia-se à necessidade do movimento na UFJF lutar por ampliação dos direitos de moradia dos estudantes nessa universidade.

Nessas discussões, existe um consenso. Não houve estudantes que se colocaram contra tal empreitada, menos ainda contra sua justificativa, plausível em um contexto em que um número relevante de estudantes sai de suas cidades de origem para morar em Juiz de Fora apenas para cursarem a faculdade.

Existe um ponto curioso, que diz respeito à condução das reuniões e dos debates: o fato de pertencerem ao mesmo grupo acaba por fazer que muitas vezes as falas das e dos estudantes sejam reiteradas constantemente. Em outras palavras, o consenso obtido naquele espaço diversas vezes faz parte de um consenso muitas vezes tácito e pouco discutido, compartilhado pelas noções adquiridas no processo de contato com o movimento estudantil, através de determinado grupo.

A chapa, construída sobre a união dos dois diferentes grupos, não sustentava um consenso geral, mas estava em constante processo de negociação, negociação de seus princípios ideológicos básicos, que muitas vezes não era correspondente. Quando iniciaram as reuniões gerais, cujos integrantes de ambos os grupos se encontravam presentes, começamos a perceber de que forma certos assuntos se desenrolavam durante essas reuniões: cada grupo, que já havia preparado suas pautas separadamente, se apoiava nas leituras e expressavam o que haviam discutido, e essas pautas eram passadas por uma avaliação geral do grupo.

No entanto, ficava subentendido que essas discussões já haviam sido previamente feitas entre aqueles que encabeçavam os grupos. Durante as reuniões separadas, sempre se levava em consideração a forma em que o outro grupo se definiria diante de alguma questão. O que nos leva a crer que outros contatos eram feitos, outras reuniões mais particulares eram realizadas, e que depois certas posturas eram previamente definidas, e então repassadas ao grupo.

3.2.2 Entre mulheres: o III Encontro de Mulheres da UNE

O III Encontro de Mulheres (EME) da União Nacional dos Estudantes aconteceu em Belo Horizonte, Minas Gerais entre os dias 1 e 3 de maio. Esse evento esteve vinculado a

uma campanha iniciada pelas militantes feministas da UNE, a saber, “As mulheres transformando a universidade”, cujo tema central recai sobre a questão do machismo nas universidades e a necessidade de se discutir o feminismo no espaço universitário.

Esse encontro nos leva a retomar a proposta de Céli Pinto (1992), que afirma existir nos movimentos sociais um canal de explicitação das desigualdades nas relações gênero. Nesse espaço, as mulheres se constituiriam em novos sujeitos políticos, a partir de uma transformação de seu espaço de atuação, ou seja, a partir de uma trajetória do particular para o público.

Retomemos também Alinne Bonetti (2003), que construiu uma reflexão acerca do campo político e dos sentidos de gênero que o constituem. Mediante as diferentes configurações as mulheres por ela estudadas se articulariam e desenvolveriam diferentes estratégias de inserção de empoderamento no campo político.

Nestes termos, é possível articular estas concepções com a noção de ritual político. David Kertzer (1988), como anteriormente mencionado, aponta para a constituição eminentemente simbólica da política. A política seria composta por elementos simbólicos e o ritual seria o momento de construção de uma realidade política. Ainda, o ritual e os elementos simbólicos seriam capazes de criar uma identidade em relação a um grupo, e unir elementos locais a uma unidade nacional. Segundo Kertzer:

“As pessoas constroem a si mesmas, isto é, estabelecem sua autoimagem, em parte através de sua identificação simbólica com esses grupos. (...)” (KERTZER, 1988, p. 16).

Ainda:

“Se a identificação de uma pessoa com uma organização apenas pode ser assegurada através do simbolismo, segue-se organizações bem sucedidas dependem de um comportamento simbólico. É através do simbolismo que as pessoas formulam suas ideias sobre uma organização.” (KERTZER, 1988, p. 16).

Assumir essa postura significa dar conta da política não apenas como um local próprio de expressão racional, mas compreendê-la como espaço mais abrangente; pensando, dessa forma, em uma cultura política. Já foi dito a respeito da distinção de Sônia Alvarez (*apud* Bonetti) apropriada por Alinne Bonetti (2003), que aponta para o campo *da* política como aquele próprio à política clássica, que representa as instituições políticas, os partidos políticos, cargos de representação política, etc., e o campo *do* político como aquele com um sentido mais abrangente relacionado ao aspecto cultural, simbólico e também às relações de

poder e gênero que constituem o campo. Mas, se nos apropriarmos da análise de Kertzer, veremos que o campo *da* política está fortemente marcado pelos aspectos culturais e simbólicos presentes no campo *do* político.

Podemos perceber que assim como as reuniões de formação de chapa, esse Encontro pode ser tomado como um ritual, que acontece com frequência não regular, em que jovens militantes, a maioria feminista, se reúne para debater as questões que acham importantes, e constroem identificações simbólicas importantes, estabelecendo uma dinâmica na qual se veem como feministas.

Este fenômeno de construção de uma identidade coletiva feminista se desenvolve em um primeiro plano; ali, as discussões acerca das desigualdades das relações de gênero eram elaboradas e contribuíam para um compartilhamento de experiências que parecia colocá-las em uma situação de pertencimento em um grupo, neste caso, um movimento feminista.

Neste sentido, Irllys Barreira argumenta que:

A construção potencial de um coletivo, explicitada através do enunciado, “nós mulheres” revela a busca de um modo específico de fazer política, que utiliza como referência espaços de identificação baseados na condição de gênero. Trata-se de uma condição que se pretende supra partidária, porque capaz de agregar valores políticos supostamente partilhados por um segmento social em sua totalidade. Permanece, no entanto, a estratégia da diferença, na medida em que a política não pode abdicar de seu teor partidário (BARREIRA, 1998, p. 131)

Este evento permitiu-nos aprofundar nossas questões acerca das relações constituídas entre as próprias militantes, em um espaço ausente de homens (o EME foi um congresso cuja participação masculina não era permitida). Ele foi profícuo na medida em que nos possibilitou perceber a construção das relações estabelecidas entre as militantes feministas do movimento estudantil, seus embates, compreender a dinâmica das tensões que envolvem suas representações acerca dos partidos políticos, e, ainda, questionarmos em que medida tal campo era permeado por uma lógica masculina e heteronormativa de fazer política, lógica que se contrapõe às propostas do congresso.

Céli Pinto (1992), ao discutir os movimentos sociais enquanto espaços privilegiados para a participação política feminina, menciona o movimento feminista como aquele que não tem uma demanda específica *a priori*, mas que luta contra uma condição de desigualdade nas relações entre mulheres e homens nos âmbitos da vida social. Segundo a autora:

A condição de não reivindicatório do movimento feminista está calcada na natureza de exclusão que ele explica. Enquanto os movimentos reivindicatórios se constituem ao redor de uma exclusão específica, sem-terra, sem-teto, etc., o movimento feminista constitui-se em torno de uma condição de exclusão dispersa, e, ao mesmo tempo, onipresente no sentido de perpassar todas as posicionalidades do sujeito em sua vida cotidiana. O movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo por creches, delegacias etc. que constituem o movimento, mas a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão de do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo. Nesta condição está a radicalidade do movimento, que tem como consequência uma desorganização profunda dos espaços de poder cotidiano: ao mesmo tempo que a exclusão é menos transparente, pois é minimizada por discursos de igualdade de direitos e cidadania, uma vez enunciada é presença explícita e irremediável no corpo (PINTO, 1992, p. 133).

Este trecho de Pinto ilustra um primeiro momento da apreensão daquele espaço, a construção de uma identidade “feminista”, compartilhada e apreendida por todas aquelas que estavam presentes. As falas, os folders de diversos grupos, as reuniões, enfim, todos estes artefatos apresentavam temas comuns, recorrentes no movimento, e que para aqueles não iniciados no movimento estudantil poderiam ser diversas versões de um mesmo assunto. Isto nos leva a tomar novamente a noção de Kertzer acerca do ritual político como constituidor de uma identidade coletiva.

As discussões que aconteceram no congresso abordavam temas como Assistência Estudantil, Reforma Universitária, Produção de Conhecimento Acadêmico, Políticas Públicas, Movimento Estudantil, As mulheres e o mundo do trabalho, e a legalização do aborto⁴⁶. Todos temas discutidos no movimento estudantil de uma forma geral, porém, com uma abordagem feita agora pelas militantes, incluindo suas pautas e demandas enquanto feministas.

Em outro trecho, Céli Pinto afirma:

Se o movimento feminista é o local privilegiado da explicitação das relações de poder contidas nas relações de gênero que perpassam o social, não é, entretanto, o único canal desta explicitação (PINTO, 1992, p. 133).

⁴⁶ Muitas dessas discussões fazem parte das pautas mais gerais abordadas pelos grupos no movimento estudantil, mas as discussões sobre as mulheres e mercado de trabalho, aborto, entre outras, parecem ficar restritas às militantes.

Neste curto trecho, Céli Pinto aponta para a existência de outros canais de explicitação das relações de poder que permeiam as relações de gênero além do movimento feminista. No entanto, ela não aponta para a existência de relações de poder expressadas no interior do movimento feminista, tal como um maior poder de decisão e de mobilização de algumas militantes em detrimento das outras. Algo tão sutil, mas existente. A questão que se propõe é que as mulheres não são apenas os objetos de opressão, mas podem ser, também, sujeitos desta opressão.

A despeito dessas pautas, importantíssimas nos debates do movimento estudantil, a diversidade de orientações políticas deu a tônica ao encontro. Aliás, esse fato não é novidade alguma, e sempre o movimento estudantil esteve imerso na lógica das divisões internas, e nas orientações políticas difusas. Mas o importante é atentar-se ao fato de que havia ali uma proposta concreta de se discutir o movimento estudantil e, sobretudo, a experiência das mulheres nas universidades, com vistas a reverter o machismo que, segundo elas, é operante nesses espaços. Como esse Encontro não era o foco central da pesquisa, mas serviu para reforçar as questões feitas até então, nem todos os grupos políticos presentes foram catalogados de forma sistemática, mas sim aqueles com os quais tivemos contato durante a pesquisa em Juiz de Fora.

Propõe-se, tendo em vista esse encontro, que por trás dos debates que visam conceber uma nova postura das mulheres nas universidades, é que as mulheres, vinculadas a grupos políticos específicos, enquanto debatiam suas questões centrais, estavam demarcando seus posicionamentos e o do grupo político de origem. Esse é o ponto, mostrar como a participação política das militantes é norteada substantivamente por uma ideia de pertencimento político, e que, ao contrário de uma suposta identidade feminina que as levariam comungar de posições semelhantes, elas se confrontavam e estabeleciam relações de antagonismo naquele espaço.

O Encontro foi tomado também por debates fortes, com enfrentamentos políticos, como na mesa de debate “Participação das mulheres na política”. Enquanto a tonalidade do discurso levava todas à afirmação sobre como o capitalismo engendra também uma forma de dominação masculina no mundo, por trás existia uma áurea de discordâncias internas. Aliado a isso estavam as poucas palmas quando determinadas militantes falavam, discursos que poderiam até fazer sentindo, mas, uma vez que essas militantes fizessem parte de uma corrente específica, oposta pelas demais, seu discurso não era suficiente para ganhar a simpatia das demais mulheres presentes. Essa situação foi uma constante nas grandes plenárias.

Este evento permitiu-nos conceber o espaço estudado sob dois aspectos distintos, porém interligados. Através do Congresso foi possível conhecer as representações a partir das quais as militantes se reconhecem como iguais, pertencentes a um mesmo movimento, e portanto, possuidoras de interesses e angústia compartilhados. Por outro lado, percebeu-se também, que esta dinâmica compete com uma segunda, que é a defesa de interesses de grupos específicos através das orientações e trajetórias próprias das estudantes que participam do congresso. É importante, portanto, lidar e articular estas duas variáveis que tornam o campo complexo e de maneira alguma homogêneo, apesar da dinâmica de construção de identidade citada anteriormente.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo compreender a participação feminina no movimento estudantil. Assim, para atendermos ao objetivo proposto, discutimos, no primeiro capítulo, a construção da categoria de gênero, uma vez que essa categoria pressupõe uma nova possibilidade de compreensão das desigualdades existentes no interior dos espaços políticos. Dessa forma, ao compreendermos as relações de gênero no interior da política, percebemos que essa se apresentou como um espaço permeado por uma lógica masculina, branca e heteronormativa, onde as possibilidades de atuação das mulheres são reduzidas.

Tais discussões permitiram-nos refletir acerca dos modelos de femininos na política, ou seja, as representações que permeiam a participação das mulheres neste espaço. Essas representações em geral se baseiam na noção de uma identidade feminina abrangente, seja ela voltada para as características como a moral elevada, ética, honestidade, como características atribuídas ao feminino, ou imposição de que as mulheres seriam as melhores representantes de si mesmas.

Em nossa argumentação, procuramos sustentar a característica epistemológica da crítica de Butler sobre as teorias feministas que encerram a discussão em termos de uma identidade feminina abrangente, crítica essa fundamental, e a partir dela demonstrar que ainda que as jovens militantes (especificamente aquelas feministas) construam em seu discurso uma imagem de feminino universal e de opressão masculina, essa representação e as práticas nelas envolvidas são particulares e apresentam-se nas tensões (políticas) entre os diferentes grupos que ocupam e os contextos sociais e políticos das quais se originam e com os quais se relacionam.

Percebeu-se que as orientações partidárias são estruturantes na lógica de funcionamento do movimento estudantil e, que os grupos observados identificavam-se, uns aos outros, de acordo com os suas filiações partidárias. Esse fenômeno abarca aqueles que não estavam filiados aos partidos políticos, mas apresentavam seus discursos em consonância com o grupo ao qual se identificavam. Essa identificação com os partidos políticos convergem para organizar concepções que norteiam as ações e os discursos dos sujeitos envolvidos, mulheres e homens. Assim sendo, constatamos que ao considerarmos as mulheres militantes em relação com as orientações partidárias compreenderíamos também um dos fatores que perpassam e condicionam a participação das mesmas no movimento estudantil.

Uma vez que nossa pesquisa focalizava a participação política das jovens militantes no movimento estudantil, procuramos compreender as relações que condicionam a participação das mulheres na política. Percebemos que essa participação e seus entraves tendem a não ser completamente reproduzidos no interior do movimento estudantil. Ainda, inferimos que uma vez que os grupos se identificam com partidos políticos (em nosso caso, de esquerda), o exame das relações entre mulheres e política poderiam nos revelar as importantes conexões entre as relações de gênero no interior da política formal e reprodução e tensão entre essas relações no movimento estudantil.

O estudo nos mostrou que a orientação partidária das militantes não é unilateral, sendo considerada histórica e um provável resultado das tensões em que encontravam as mulheres nos partidos políticos, e nos processos de construção das pautas em relação aos próprios partidos. Mostrou, também, que a influência partidária no movimento estudantil é marcante, sendo responsável pela mediação entre os discursos e práticas analisadas.

A questão dos reconhecimentos partidários no movimento estudantil se vinculava às posturas das mulheres militantes e seus discursos e práticas políticas. Tal afirmação se baseia em nossa percepção de que os atores envolvidos na disputa para eleição ao DCE apresentavam maiores possibilidades de expressão das militantes de acordo com suas consignas partidárias. Desta forma, percebemos que os grupos cujos partidos a que fazem referência apresentam discussões e debates prévios, e diretorias específicas de mulheres, estão mais abertos para a expressão da atuação dessas militantes. O que nos leva a concluir que as dinâmicas de construção de canais de acesso à política nos espaços partidários tende a ser reproduzida nos discursos e práticas do movimento estudantil.

Pudemos aprofundar nossas questões acerca das relações constituídas entre as próprias militantes, em um espaço ausente de homens, no III Encontro de Mulheres da UNE. Tal evento se mostrou proveitoso para nossa pesquisa na medida em que possibilitou perceber a construção das relações estabelecidas entre as militantes feministas do movimento estudantil, seus embates, compreender a dinâmica das tensões que envolvem suas representações acerca dos partidos políticos, e, ainda, questionarmos em que medida tal campo era permeado por uma lógica masculina e heteronormativa de fazer política, lógica que se contrapõe às propostas do Congresso.

No caso das propostas desse Congresso, concordamos com Pinto (1992) que delineia um primeiro momento da apreensão daquele espaço, a construção de uma identidade “feminista”, compartilhada e apreendida por todas aquelas que estavam presentes. As falas, os folders de diversos grupos, as reuniões, enfim, todos estes artefatos apresentavam temas

comuns, recorrentes no movimento, e que para aqueles não iniciados no movimento estudantil poderiam ser diversas versões de um mesmo assunto. Isto nos leva a tomar novamente a noção de Kertzer acerca do ritual político como constituidor de uma identidade coletiva.

A teoria pesquisada apontou o movimento feminista como local adequado para se explicitar as relações de poder e gênero que transcorrem o social (PINTO, 1992); no entanto, ela não aponta para a existência de relações de poder expressas no interior do movimento feminista, tal como um maior poder de decisão e de mobilização de algumas militantes em detrimento das outras. Algo tão sutil, mas existente. A questão que se propõe é que as mulheres não são apenas os objetos de opressão, mas podem ser também, sujeitos dessa opressão.

Assim, o evento permitiu-nos conceber o espaço estudado sob dois aspectos distintos, porém interligados: através do Congresso foi possível conhecer as representações a partir das quais as militantes se reconhecem como iguais e pertencentes a um mesmo movimento, e, portanto, possuidoras de interesses e angústia compartilhados. Por outro lado, percebeu-se também, que esta dinâmica compete com uma segunda, que é a defesa de interesses de grupos específicos através das orientações e trajetórias próprias das estudantes que participam do Congresso.

Com esse argumento procuramos dizer que os grupos reproduzem uma lógica heteronormativa em sua organização, mas não sem uma tensão entre essa lógica e seus discursos. O Congresso forneceu pistas para a observação das relações entre militantes e a forma como refletem a estrutura de organização própria do movimento estudantil, inclusive suas facções políticas.

As lideranças femininas nos grupos que compunham as chapas pesquisadas, por sua vez, apresentavam as tensões existentes das relações de gênero e poder no interior desses grupos. Como visto, além das implicações das orientações partidárias, para o acesso a liderança desses grupos, as militantes negociavam sua postura feminista com um discurso genérico de política. Ou seja, a tensão se desenrolava na medida em que eram feitas algumas concessões ao modelo masculino hegemônico, mantendo, por outro lado, uma posição de gênero, que ainda que não conseguisse furar completamente o bloqueio do grupo, era parte constituinte da identidade e da consciência política dessas mulheres militantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Loriza Lacerda. **A juventude universitária e a nova sociabilidade: continuidade ou ruptura?** In Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004. (mimeo).

AVELAR, Lúcia. **Mulher e política: o mito da igualdade.** Brasília, 2002, Social Democracia Brasileira, Brasília, v.1, n.2, p. 40-54, mar. 2002.

BARBOSA, Andreza. **A (Des)articulação do Movimento Estudantil: (Décadas de 80 e 90).** In: EDUCAÇÃO: Teoria e Prática, v. 10, n. 18, 2002.

BARREIRA, Irllys. **Quem faz política: emblemas e ritualidades da representação do feminino.** In: **Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BONETTI, Alinne. **Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político.** Cadernos Pagu, n. 20, 2003.

BUTTLER, Judith. **Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Os “melhores filhos do povo” – um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista: O caso do MR8.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, Antropologia Social, 1994.

CARDOSO, Ruth C. L.; SAMPAIO, Helena M Sant’ana (orgs). **Bibliografia sobre a juventude.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever.** São Paulo: UNESP, 2000.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Desigualdade de gênero e participação política das mulheres: a experiência do partido dos trabalhadores.** 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. In: SOUSA, Roberta Meneses; BEZERRA, Teresa Cristina Esmeraldo. **Juventude, movimento estudantil e gênero: problematizando o modelo masculino de militância.** Revista O público e o privado. n. 8, jul/dez, 2006.

FONSECA, Cláudia. **Uma genealogia do gênero.** Antropológicas. Vol. 1, ano. 1, 1997.

GEERTZ, C. **Estar lá: a antropologia e o cenário do escrito. Obra e Vida: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GODINHO, Tatau. **Mulher na direção**. Teoria e Debate, São Paulo, p.36-9, mai.1991. In: SOUSA, Roberta Meneses; BEZERRA, Teresa Cristina Esmeraldo. **Juventude, movimento estudantil e gênero**: problematizando o modelo masculino de militância. Revista O público e o privado. n. 8, jul/dez, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar. **Gênero, Sexualidade e Reprodução**. In: DIAS DUARTE, Luiz Fernando; MARTINS, Carlos Benedito. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Antropologia**. 1 ed. São Paulo: Anpocs/Editora Barcarolla/Discurso Editorial/ICH, 2010.

SORJ, Bila; HEILBORN, Maria Luiza. **Estudos de Gênero no Brasil**. In: MICELI, Sérgio. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Sociologia**. São Paulo: Sumaré; Anpocs; Capes, v. 2, 1999.

KERTZER, David. **Política e ritual**: a festa comunista na Itália”.Revista Religião e Sociedade, 9, 1983.

_____. **The power of rites**. Ritual, politics and power. New Haven: Yale University Press, 1988.

MATHIEU, Maria Gladys. **La configuración de la relación joven y política en la Sociología de la Juventud**. In: Culturas Juveniles. Revista Iberoamericana de Juventud, n. 8, set. 2009.

MATOS, Marlise. **A Política na Ausência das Mulheres**: um estudo sobre comportamento político, carreiras/trajetórias e comportamento legislativo de mulheres. Projeto para Concurso de Professor Adjunto-DCP/UFMG. Mimeo, 2007.

_____. **Opinião pública e representação política das mulheres**: novos horizontes para 2010? In: Revista Em debate, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 31-37, mar. 2010.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, Cultura e Política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade. Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUCS, Psicologia Social, 2006.

_____. **Movimento estudantil brasileiro**: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 66, out. 2003.

_____. **Movimento estudantil e as questões de gênero e de diversidade sexual**: o desafio de recriar a militância. In: GROPO, Luís Antônio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, OTÁVIO Luiz. (orgs.), apresentação Pedro José Mendes Filho. **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria Política Feminista e Liberalismo**: o caso das cotas de representação. RBCS, v. 15, n. 44. 2000.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos**: redes de jovens e participação política. Revista Brasileira de Educação, 5/6, 134-150, 1997.

MOORE, Henriqueta. **Understanding sex and gender**. In: INGOLD, Tim. *Companion Encyclopedia of Anhtrology*. Londres: Routledeg, 1997.

MORAES, João Quartim de. **A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 2, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MÜXEL, Anne. **Jovens dos anos 90**: à procura de uma política sem “rótulos”. 5/6, 151-166, 1997.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeide Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres Brasileiras e Militância Política durante a Ditadura Militar**: A Complexa Dinâmica dos Processos Identitários. Revista Interamericana de Psicologia; v. 41, n. 3; 2007.

ORTNER, S. **Is female to male as nature is to culture?** In M. Rosaldo and L. Lamphere (eds) **Woman, culture and society**. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1974.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude** – alguns contributos. Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º).

_____. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imp. Nac. Casa da Moeda, 1993.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. Alísia de. **Política Ambígua**. In. P. Birman; R. Novais; S. Crespo. (Orgs.). **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1997.

PEDRO, Joana Maria. **Feminismo e gênero na universidade**: trajetórias e tensões da militância. Revista de História, Unisinos, 2005.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História**: Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Luana Simões. **Uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2006.

PINTO, Céli Regina. **Movimentos sociais**: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

REIS, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROSALDO, Michele. **O uso e abuso da antropologia**: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Horizontes antropológicos. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, ano 1, 1995.

ROSALDO, Michele; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCOTT, Joan: **Gênero**: uma categoria útil na análise história. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez, 1990.

SOUSA, Roberta Meneses; BEZERRA, Teresa Cristina Esmeraldo. **Juventude, movimento estudantil e gênero**: problematizando o modelo masculino de militância. Revista O público e o privado. n. 8, jul/dez, 2006.

YANAGISAKO, S. and COLLIER, J. (1987) **Toward a unified analysis of gender and kinship**. In J. Collier and S. Yanagisako (eds) **Gender and Kinship**: Essays Toward a Unified Analysis, Stanford, Cal: Stanford University Press.